

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Fábio Leandro Halmenschlager

O técnico da nova ATER: uma identidade profissional em
construção. O caso da mesorregião Sudeste do Pará.

Belém
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Fábio Leandro Halmenschlager

O técnico da nova ATER: uma identidade profissional em construção.
O caso da mesorregião Sudeste do Pará.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Iran Veiga Júnior

Belém
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fábio Leandro Halmenschlager

O TÉCNICO DA NOVA ATER: UMA IDENTIDADE PROFISSIONAL EM
CONSTRUÇÃO. O CASO DA MESORREGIÃO SUDESTE DO PARÁ.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Data da defesa : 29/08/2003

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Iran Veiga Junior

Prof. Dr. Heribert Schmitz

Prof^a. Dr^a Maria de Fátima Carneiro da Conceição

Suplente: Prof. Dr. Antonio Cardoso

Belém
2003

Dedico aos meus pais, Rudi e Sereni; meu irmão, Fausto e minha irmã, Carla.
Também a Antônio Fredericci e família.

AGRADECIMENTOS

Aos técnicos e dirigentes da Extensão Amazônia, ARDEMA e COPSERVIÇOS pelos dados concedidos e a convivência de campo.

A Jandir e Nívea, funcionários do INCRA Marabá, pelas informações cedidas.

Ao LASAT, pelo apoio logístico em Marabá.

Ao meu orientador, Iran Veiga Júnior, pelo apoio sempre competente, principalmente nos momentos cruciais.

Aos amigos e colegas, pela convivência estimuladora.

Aos meus pais, responsáveis por me propiciar as condições, apesar das dificuldades, de acesso à educação desde cedo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	IDENTIDADE PROFISSIONAL E PARTICIPAÇÃO	15
2.1	PROFISSÃO: EXTENSIONISTA?	15
2.2	IDENTIDADE PROFISSIONAL E SOCIALIZAÇÃO	25
2.3	PARTICIPAÇÃO	31
3	OBJETIVOS, HIPÓTESES E METODOLOGIA	38
3.1	OBJETIVOS E HIPÓTESES	38
3.2	METODOLOGIA	39
4	CONFIGURAÇÃO REGIONAL	44
4.1	NOVAS INSTITUIÇÕES	45
4.2	ESPAÇOS DE DIÁLOGO	47
5	A RELAÇÃO TÉCNICO/AGRICULTOR NOS DOCUMENTOS E DISCURSO DOS DIRIGENTES DE PRESTADORAS DE SERVIÇO.	52
5.1	ARDEMA	52
5.2	EXTENSÃO AMAZÔNIA	54
5.3	COPSERVIÇOS	58
6	A RELAÇÃO TÉCNICO/AGRICULTOR NO DISCURSO DOS TÉCNICOS.	65
6.1	O DISCURSO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR	65
6.2	HISTÓRIAS DE VIDA	67
6.3	REPRESENTAÇÃO DO PRÓPRIO PAPEL	69
6.4	REPRESENTAÇÃO DO AGRICULTOR E DA AGRICULTURA FAMILIAR	74
7	ATUAÇÃO DO TÉCNICO E REPRESENTAÇÃO DO TÉCNICO PELOS AGRICULTORES	78
8	DISCUSSÃO	86
9	CONCLUSÃO	90
10	BIBLIOGRAFIA	98

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMAT – Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins
ARCASU – Agência Regional de Comercialização do Sul e Sudeste do Pará
ARDEMA – Agência Regional de Desenvolvimento para a Região Amazônica
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA – Banco da Amazônia S/A
Câmara Técnica – Câmara Técnica para o Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste Paraense
CAT – Centro Agro-Ambiental do Tocantins
CEPASP – Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
Comissão de Gestão – Comissão de Gestão de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
COOCAT – Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins
COOMARSP – Cooperativa Mista dos Agricultores da Região Sudeste do Pará
COPATIORÔ – Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável Atiorô
COPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CREA – Conselho Estadual de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
EFA – Escola Família Agrícola
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Extensão Amazônia – Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural para Agricultura Familiar na Amazônia
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FATA – Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FECAP – Federação das Centrais de Associações de Agricultores do Pará
FERA – Fórum para Reforma Agrária
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura
FNO – Fundo Constitucional do Norte
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
LASAT – Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG – Organização Não Governamental
PA – Projeto de Assentamento
PDA – Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
UFPA – Universidade Federal do Pará

RESUMO

A assistência técnica e extensão rural no Brasil historicamente tem sido tratada como instrumento de modernização do meio rural brasileiro, ou seja, da transformação do agricultor “atrasado” em agricultor “moderno”. Da mesma forma o técnico que nela atua finda por ser também visto como instrumento, objeto, nunca como ator neste processo.

Este trabalho tem o objetivo de colocar o técnico no centro da questão, verificando as possibilidades e modos de construção da sua identidade profissional no contexto da ATER surgido na mesorregião sudeste do Pará a partir de 1997. Este contexto apresenta demandas por competências para as quais o técnico não foi formado nem socializado, como a exigência de uma postura participativa com relação ao agricultor e capacidade de pesquisa, o que finda por provocar conflitos entre o novo perfil requerido e a forma de socialização e formação do técnico.

A conclusão é que o ambiente regional é extremamente favorável à atuação do técnico na construção e reconstrução de sua identidade profissional, o que não ocorria nos modelos anteriores de ATER, porém a formação tecnicista acaba por impor barreiras à construção do comportamento participativo no que se refere às inovações técnicas especificamente.

Palavras-chave: Identidade Profissional; Extensão Rural; Participação; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The technical support and rural extension (ATER) in Brazil historically has been treated as an instrument of modernization of the Brazilian agricultural way, which means, the transformation of the “old” agriculturist into a “modern” agriculturist. In the same way the technician who works in it may be seen also as an instrument, an object, and never as an actor in this process.

This work has the purpose of placing the technician in the center of the question, verifying the possibilities and ways to construct its professional identity in the context of ATER, which appeared in the Southeastern region of the state of Pará since 1997. This context demands abilities for which the technician has not been formed nor socialized, as the requirement of a participative position in regard to the agriculturist and the capacity of research, and this situation can provoke conflicts between the new required profile and the form of socialization and formation of the technician.

The conclusion is that the regional environment is extremely favorable to the performance of the technician in the construction and reconstruction of its professional identity, what did not occur in the previous models of ATER, however, the technicist formation ends imposing barriers to the construction of the active behavior in regard to the innovations techniques specifically.

Key words: Professional Identity; Rural Extension; Participation; Family Farming.

1 INTRODUÇÃO

Desde sua institucionalização, a assistência técnica e extensão rural (ATER) tem sido um dos principais instrumentos de “engenharia social” no Brasil. Sua característica básica de intervenção a coloca como meio de modificação da sociedade rural estigmatizada como tradicional, arcaica, para outra sociedade mais “moderna”, a fim de inserir “a pequena produção agrícola com fortes traços camponeses em esquemas de reprodução cada vez mais monetarizados e mercantis” (FIGUEIREDO, 1984, P. 21). A ênfase inicial num acompanhamento individual e total do estabelecimento agrícola, incluindo aí as esferas de educação e saúde por parte do técnico¹ da ATER foi posteriormente desviada para a “tecnificação da produção para a produção de excedentes comercializáveis” (*ibid.*, p. 21), centrando-se muito mais no produto que no estabelecimento agrícola e desviando-se de seus propósitos iniciais. Todavia um fato não mudou em toda a história da ATER: o técnico foi e é sempre visto como instrumento, nunca como sujeito desta ATER.

A ATER é tema recorrente na literatura científica, quase sempre com ênfase na sua eficiência, na perspectiva de se encontrar as “falhas” e as soluções para fazê-la mais eficiente na transmissão de técnicas inovadoras aos agricultores. Por vezes estas falhas são atribuídas à resistência do agricultor em adotar as inovações, o que em geral leva a alegações de ignorância do agricultor, como as dos pesquisadores de instituições como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Pará (ACAR), conforme Miranda (1990). Outras vezes enfoca-se a metodologia de transmissão da informação, como os trabalhos que deram origem

¹ O termo “técnico” será empregado neste texto para definir os agentes encarregados do contato direto com o agricultor para a prestação da assistência técnica e extensão rural, por ser o termo de autodefinição mais utilizado por estes profissionais.

à diversas metodologias de pesquisa-desenvolvimento, como *Cropping Systems Research* (pesquisa em sistemas de cultivo), *Farmer back to farmer* (produtor de volta ao produtor) e outros baseados na abordagem sistêmica, citados por Pinheiro (1995, p. 28-36); ou responsabiliza-se o técnico pela baixa aceitação das inovações, em função deste não se manter devidamente informado das técnicas constantemente produzidas pelas empresas de pesquisa e das quais é instrumento de transmissão (RAMOS *et al.*, 1974), outros autores argumentam que o problema está no não desenvolvimento adequado do setor não-agrícola brasileiro (PAIVA, 1975) e outros ainda propõem a adoção de um novo paradigma para a ATER (PINHEIRO, *op. cit.*).

O que fica patente na maioria destes trabalhos é que, ao invés de tentar compreender o processo de construção das relações sociais surgidas do contato pessoal do técnico com o agricultor e das mudanças nas esferas econômicas, sociais e culturais que necessariamente ocorrem quando se introduz uma inovação no processo de produção, tentam apenas entrever onde deveria ser realizada a modificação que tornaria o trabalho de ATER mais eficaz. Com isso a maioria deles passa ao largo da consideração do próprio técnico como sujeito do processo. É necessário um maior aprofundamento e compreensão deste ambiente profissional do técnico como um conjunto de representações e símbolos que condiciona suas ações. Neste sentido este trabalho tem a pretensão de tentar colocar o técnico no centro da questão.

O Projeto Lumiar na Mesorregião Sudeste do Pará marca, segundo Soares-Pinto (2000), um momento fundamental no contexto de transformações que vem ocorrendo na ATER, “dando origem a uma recomposição do campo do desenvolvimento tradicional, com redistribuição dos papéis dos atores que aí agem e das relações que os ligam” (*ibid.*, p. 2), ocorrendo descentralização dos serviços, via terceirização e descentralização político-

administrativa pela municipalização da agricultura (*ibid.*, p. 2). As Organizações Não-Governamentais (ONG), uma das principais fontes de críticas ao modelo oficial de ATER e que se propunham a trabalhar “num sentido de democratização e de fortalecimento da base e dos movimentos sociais através de metodologias mais participativas”, se apresentavam como a vanguarda de um desenvolvimento mais democrático, participativo e equitativo. Soares-Pinto (*ibid.*, p. 2) afirma que estas ONGs findaram por se tornar as parceiras do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na terceirização da ATER durante o Projeto Lumiar, que tem no atrelamento da assistência técnica ao crédito um dos seus princípios de ação. Após a extinção do LUMIAR, várias prestadoras serviços² foram criadas para prestar assistência técnica às associações de agricultores.

Neste contexto as próprias funções dos técnicos sofrem diversas modificações, indefinições e até contradições, pois, como notou Soares-Pinto (2000), sua ação que deveria ter um caráter educativo amplo, segundo o Projeto Lumiar, e onde o técnico deveria tornar-se um portador de relações democráticas (INCRA, 2001), utilizando práticas participativas, passa a ter caráter de fiscalização, além de terem seu tempo consumido sobretudo na elaboração de projetos. Há ainda o problema da falta de segurança quanto à remuneração, pois o pagamento dos ordenados dos técnicos depende da aprovação dos Planos de Desenvolvimento de Assentamento³ (PDA⁴) e de contratos temporários com o INCRA.

² A noção de prestadora de serviços engloba as cooperativas de serviços (fundadas na região principalmente para atuação no projeto Lumiar) e ONGs, que credenciam-se junto ao INCRA e bancos para elaboração de PDAs, projetos de financiamento (PRONAF e FNO) e prestação de ATER.

³ A definição do Ministério de Desenvolvimento Agrário para assentamento é: “Unidade Territorial obtida pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra.” (MDA, 2002).

O modelo que nasce tem diversas nuances, dependendo da prestadora de serviços. Todavia o discurso da participação perpassa todos, embora em gradação e significação diferenciadas, já que uma das exigências para contratação, como atesta a Proposta de Funcionamento do PDA e da ATER (sd, p. 2 e 7), que diz que “a execução da assistência técnica deve respeitar os princípios e filosofia da assistência técnica” que tem como um dos princípios que “o processo de planejamento e intervenção deve tomar como ênfase a ação integrada dos atores sociais, com a participação ampla e irrestrita dos agricultores familiares” (INCRA, *op. cit.* p. 07). O que se nota é que o “discurso participativo” chega de modo disperso aos técnicos, não podendo ser claramente identificada sua fonte: emana dos intelectuais, das ONGs, dos agricultores, mesmo do governo ou ainda da possibilidade de emersão, neste contexto, de idéias participativas que antes não encontravam espaço para serem expressas e efetivadas.

O antigo modelo de ATER baseava-se em toda uma representação idealizada do meio rural, que mais que oriunda da formação escolar do profissional, está presente em todo o ambiente social, e afeta não somente este profissional, como toda a sociedade. Assim sendo, o conflito entre a forma de socialização do técnico, sua formação e as novas habilidades exigidas dele existe e pode mesmo persistir nos mais engajados e comprometidos com a nova ATER, pois a representação do meio rural oficializada pela mídia e governo (a do agricultor-empresendedor e da agricultura-empresa) está arraigada nas suas próprias estruturas cognitivas. Esta subsiste no nível das representações sociais a respeito do agricultor e do meio rural, podendo assim camuflar práticas não participativas sob o discurso da participação.

⁴ No qual a prestadora de serviços, com a participação dos assentados, faz o levantamento das potencialidades problemas do assentamento e com base nisso elabora um plano de ações e infra-estruturas necessárias para consolidação do assentamento, ou seja, para que ele se torne auto-sustentável. Com base neste plano deverão ser implantadas todas as políticas públicas para os assentamentos, desde as estradas até a ATER. Apesar de que o plano tenha abrangência de 20 anos, a ATER só é financiada pelo INCRA para no máximo 3 anos na mesorregião Sudeste. Isso porque o INCRA considera o prazo de no máximo 5 anos para que o assentamento seja considerado emancipado.

2 IDENTIDADE PROFISSIONAL E PARTICIPAÇÃO

2.1 PROFISSÃO: EXTENSIONISTA?

Para desenvolver a análise da questão à qual nos propomos se faz, de início e principalmente, necessária a definição da categoria “profissão” e como esta conforma-se diante das especificidades de atuação dos principais sujeitos analisados nesta pesquisa. Pode-se definir o extensionismo como profissão? Quais conformações adquire esta profissão e este profissional?

O termo profissão enfeixa diversos significados de acordo com o contexto em que é empregado. Na França, segundo Dubar (1997), engloba pelo menos dois sentidos referentes a dois termos ingleses diferentes:

- O conjunto dos “empregos” (em inglês: *occupations*) reconhecidos na linguagem administrativa, nomeadamente nas classificações dos recenseamentos do Estado;
- As “profissões” liberais e sábias (em inglês: *professions*), isto é, *learned professions*, nomeadamente os médicos e juristas. (*ibid.*, p. 123).

A introdução de um terceiro termo complica ainda mais a terminologia francesa, que é o de “ofício” (em francês: *metier*). Segundo Dubar (*ibid.*, p.123), “As ‘profissões’ (liberais) e os ‘ofícios’ têm no Ocidente uma origem comum: as corporações (grifo do autor)”. O trabalho, antes da expansão da universidade, era considerado uma arte e as corporações reuniam os praticantes desta arte em corporações definidas como regulamentos corporativos para garantir a competência jurídica, isto é, a autorização de exercer e de defender o seu monopólio e os seus privilégios no interesse do bem comum (MARTIN, 1938, *apud* DUBAR, 1997). As artes liberais e as artes mecânicas, os artistas e os artesãos. Os intelectuais e os trabalhadores manuais provinham de um mesmo tipo de organização corporativa que assumia

a forma de “ofícios juramentados” nas “cidades juramentadas”, onde “se professava uma arte”. O termo “profissão” deriva desta “profissão de fé” consumada nas cerimônias rituais de entronização nas corporações.

O juramento englobava, de acordo com formas muito variadas, três compromissos:

- observar as regras;

- guardar os segredos;

- prestar honra e respeito aos jurados, controladores eleitos e reconhecidos pelo Poder Real. (DUBAR, *op. cit.* p.124).

Dubar (1997) identifica o início da dissociação entre as artes liberais e artes mecânicas com a expansão e consolidação das universidades, chegando a oposição entre as “profissões” que se ensinavam nas universidades e cujas “produções pertenciam mais ao espírito que à mão” (GRANDE ENCYCLOPÉDIE, *apud* DUBAR, 1997) e os “ofícios” derivados das artes mecânicas “onde as mãos trabalham mais que a cabeça” (ROUSSEAU, *apud* DUBAR, 1997).

Apesar desta oposição que chegava ao menosprezo dos segundos em relação aos primeiros por parte da sociedade, Dubar (1997) afirma que as duas categorias guardavam grande semelhança em função de partilharem um modelo de origem comum: “as corporações, isto é, ‘corpos, confrarias e comunidades’ no seio dos quais os membros ‘estavam unidos por laços morais e por um respeito às regulamentações pormenorizadas dos seus estatutos’ constituindo ‘estados’ reconhecidos pelo Poder Real” (SEWEL, 1980, *apud* DUBAR, 1997), e isto conferia o partilhamento da “‘dignidade e a qualidade’ de um ‘estado juramentado’ socialmente legítimo e pessoalmente incorporado graças à ‘eficácia simbólica dos ritos

sociais' (HEILBRON, 1986, *apud* DUBAR, 1997).

O termo profissão no Brasil também tem diversas variações semânticas. Para efeito científico a definição tem os contornos dados por Helena Crivellari (2000, p. 261-262), no Dicionário da educação profissional, definindo profissão da seguinte maneira:

“[...] do ponto de vista da Sociologia das Profissões, o termo profissão possui uma dimensão cognitiva, ligada a um corpo de saberes específico e apenas acessível ao grupo profissional (a formação escolar profissional tem, então, um papel crucial pelo fato do diploma constituir-se no principal fundamento do direito à autoridade). Possui, ainda, as dimensões normativa e valorativa, que definem o papel social e hierárquico no conjunto da sociedade. Este papel de normalização é desempenhado, fundamentalmente, pelo Estado, pelas associações profissionais e pelos sindicatos. [...]

O conceito se aproxima do da Sociologia das Profissões americana (onde surgiu este ramo da sociologia), diferenciado-o do termo ocupação que faz parte de um sistema de classificação do Ministério do Trabalho e do Emprego, onde este termo é conceituado como “o conjunto articulado de funções, tarefas e operações, que constituem as obrigações atribuídas aos trabalhadores, destinadas à obtenção de produtos e serviços.” (*ibid.*, 262).

Definir o extensionismo como profissão pode trazer problemas de análise, já que esta atividade aglomera várias outras profissões como Agrônomo, Zootecnista e técnicos de nível médio, além de eventualmente também sociólogos, pedagogos e psicólogos. O termo profissão, sociologicamente falando, pressupõe certo acúmulo de saberes específicos de cada campo de conhecimento. O extensionismo mais propriamente se trataria de uma “metaprofissão”, onde, apesar das diferenças específicas de cada profissional, findam todos por serem submetidos à algumas mesmas regras de reconhecimento por parte da sociedade em geral. Assim estes profissionais são todos reconhecidos como “técnicos”, tanto pelos agricultores como mesmo pelas organizações do movimento sindical e pelo poder estatal enquanto estiverem exercendo atividades de ATER.

As universidades e escolas profissionalizantes não formam, atualmente, “extensionistas”, mas sim agrônomos, veterinários, zootecnistas e técnicos em agropecuária. O extensionismo geralmente é tratado como apenas uma disciplina do currículo nas instâncias de formação formal. Ao entrar no campo profissional da ATER porém sempre foi exigido um perfil profissional que vai além dos limites disciplinares impostos na formação, e mais ainda no contexto atual, onde são exigidas novas competências, e conseqüentemente passam a ser diferentes os critérios de reconhecimento deste profissional, que não são mais somente aqueles conferidos pela educação profissionalizante. Assim, quando nos referimos no decorrer do trabalho ao extensionista como profissional, e extensionismo como profissão estamos nos reportando a esta “metaprofissão” definida aqui.

Para realizar a atividade de ATER, os técnicos precisam mobilizar alguns saberes que são específicos a ela, e que vão ser comuns às diversas profissões exercidas dentro desta atividade. Assim vamos utilizar a noção de identidade profissional referindo-se a estas características comuns que constituem esta metaprofissão. O foco não é propriamente na profissão, mas em até que ponto o trabalho na ATER cria uma identidade profissional, pois mesmo que esta atividade não se configure em uma profissão no sentido normativo do termo, é certo que aglomera aspectos que conferem identidade similar aos profissionais que nela atuam.

De forma geral os profissionais que atuam na ATER estão submetidos a algumas regras de suas profissões específicas no problema analisado significa que a habilitação para atuação está vinculada à posse de diploma e possui dimensão normativa e valorativa. As dimensões normativa (principalmente esta) e valorativa são definidas pelos CREAs, no

âmbito dos estados e pelo CONFEA nacionalmente⁵. O CONFEA, por exemplo, define o código de ética dos profissionais.

As normas do CONFEA fazem a diferenciação dos profissionais de nível superior e médio definindo os primeiros como profissionais liberais⁶ e os segundos não (CONFEA, 1983), ou seja, segundo a lei esses profissionais de nível médio deveriam desempenhar “ocupações que envolvem tarefas de assistência técnica ao trabalho dos profissionais de nível superior” e somente poderiam desenvolver “independentemente, tarefas de supervisão, controle e execução de trabalhos técnicos especializados” (*ibid.*). A dimensão normativa, deste modo, é definida pelo CONFEA, e tem, na prática, efeito sobre os trâmites burocráticos que a profissão apresenta, como, por exemplo, a assinatura de projetos. A dimensão valorativa por sua vez tem muito mais a ver com as condições locais de trabalho do profissional que com as normas do CONFEA. Este interfere principalmente no que diz respeito à definição das estruturas possíveis de ascensão na “carreira” de extensionista, pois esta somente será possível ao profissional de nível médio por meio da aquisição do diploma de nível superior ou certificados de qualificação em especialidades. É também o CONFEA que define o piso salarial de ambos os níveis da profissão, o que tem impacto sobre a dimensão valorativa considerando-se a importância dada a este aspecto (a remuneração salarial) pela sociedade brasileira para definição do estatuto social dos indivíduos, não só para esta profissão, e nem somente para os que tenham uma “profissão” na acepção anteriormente exposta.

Os profissionais entrevistados são tanto de nível médio quanto de nível superior (5 de nível superior e 9 de nível médio) e suas funções e estatuto dentro das prestadoras de serviços

⁵ Este poder de normatização e fiscalização da profissão é delegado ao CONFEA pela Lei nº 5194 de 1966.

⁶ O Dicionário Aurélio eletrônico define profissão liberal como a “profissão de nível superior caracterizada pela inexistência de qualquer vinculação hierárquica e pelo exercício predominantemente técnico e intelectual de conhecimentos.” (PROFISSÃO. In: DICIONÁRIO Aurélio eletrônico. V. 1.4. 1994. CD-ROM.)

não dependem de seu nível de formação, mas sim de fatores como antiguidade na prestadora de serviços, engajamento com o movimento sindical (no caso da COPSERVIÇOS) e características pessoais de liderança. Por exemplo a coordenação da COPSERVIÇOS foi por um longo período exercida por um técnico de nível médio.

De forma geral, no Brasil, estes profissionais são denominados de “extensionistas” nos órgãos tradicionais de extensão e pesquisa, termo que deriva de extensão, que por sua vez tem origem no vocábulo latino *extensione* e tem o significado, dentre outros, de “Ato ou efeito de estender (-se)⁷”. A utilização deste termo para definir este profissional foi criticada por Paulo Freire (1998), pois a acepção no contexto significaria estender algo a alguém, no caso o técnico estenderia o seu conhecimento, tido como mais eficiente principalmente no que concerne ao âmbito produtivo-econômico, ao agricultor.

A crítica de Paulo Freire recai principalmente sobre o fato de toda extensão pressupor uma desautorização de quem recebe o que é estendido, como sujeito, promovendo a invasão cultural, e impedindo a criação de uma esfera de comunicação onde o agricultor possa acessar e significar as inovações de acordo com seu universo temático, já que a invasão cultural promove sempre uma reação ao que alienigenamente rompe a coerência interna do universo de significação (ou por ser assim visto) o que culmina no que comumente chama-se de “resistência à inovação”, impedindo assim que tanto o extensionista seja um “educador-educando” quanto o agricultor seja um “educando-educador”. Em síntese, Freire (1988), ao conceber o trabalho do técnico junto aos agricultores como um trabalho eminentemente educativo, discorda do emprego da palavra “extensão” para defini-lo, já que o termo nega educação no sentido que Freire lhe atribui: “educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem chegar

⁷ EXTENSÃO. In: DICIONÁRIO Aurélio eletrônico. V. 1.4. 1994. CD-ROM.

a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (*ibid.*, p. 25). A educação se daria no âmbito onde duas esferas de conhecimento se entrecruzam dialogicamente e permitem criar conhecimento novo para ambos os sujeitos.

O próprio Paulo Freire, no ensaio citado, classifica-o de texto introdutório para futuras discussões acerca do tema. É um esforço de reflexão que em si mesmo torna-se pouco compreensivo para a definição dos mecanismos necessários para a efetivação da ação do técnico; não por deficiência do autor (mesmo que este deixe claro que não é a ATER sua área de estudo, sua concepção de educação vê no trabalho do técnico encarregado de assistência técnica ao agricultor uma atividade eminentemente educativa, o que lhe confere – a Paulo Freire – competência para a reflexão acerca do tema), mas por remeter sempre aos conceitos e estruturas educativas propostas pelo autor na sua vasta produção bibliográfica sobre educação, tais como “temas geradores” e “codificação”. De forma que a definição das estruturas de encontro dialógico dos conhecimentos na prática efetiva de trabalho deste técnico⁸-educador é feita a partir deste referencial.

Uma questão me parece não ter sido aprofundada, devido ao fato de não ser o foco do ensaio e também por ser ela também discutida por Paulo Freire na sua produção bibliográfica acerca da educação, é a questão da formação dos educadores (no caso dos técnicos educadores), a qual tem íntima ligação com a questão analisada neste trabalho e portanto será aprofundada no seu decorrer.

Tendo como base o texto de Paulo Freire citado, Schmitz (2002) propõe uma

⁸ Freire usa o termo “agrônomo”.

concepção mais pragmática em relação à ATER em função das condições de socialização e educação específicas do técnico e da estrutura dos órgãos oficiais de ATER. Embora concorde com a pertinência do proposto por Paulo Freire, conclui pela inviabilidade, no contexto atual, da aplicação de seus pressupostos. Baseia-se, para tanto, na verificação da impossibilidade de esta assistência técnica se dar como prática educativa, que por conceito seria dialógica, em uma estrutura que nega o diálogo. Refere-se à estrutura fortemente hierarquizada da EMATER a partir de um estudo (SILVA, 1992, *apud* SCHMITZ, 2002) que comprovou que o discurso de uma assistência técnica nos moldes propostos por Paulo Freire assumido pela EMATER (RS) não se efetivava na prática dos técnicos, em função principalmente da estrutura de poder da EMATER.

Outro argumento de Schmitz (2002) é de que a formação dos técnicos se dá dentro de uma estrutura de ensino que nega os pressupostos sugeridos por Paulo Freire, o que dificultaria o trabalho de “conscientização” por parte deste técnico, ou seja, se a educação que recebem é “autoritária”, suas concepções de educação e de seu trabalho são por ela influenciadas.

A partir disto propõe a noção de “aconselhamento” ao invés da de educação. A assistência técnica seria então compreendida como “serviços orientados no cliente” (*ibid.*).

Se a abordagem educacional não é libertadora e problematizadora, sua função é dominadora, segundo Freire. Assim, uma tarefa educacional do extensionista não pode ser uma base adequada para orientar a interação com os agricultores, sem uma definição precisa do conceito. Albrecht & Hruschka (1992:8) se posicionam claramente contra uma função educacional da extensão citando Arimond (1966) que destaca a diferença entre o aconselhamento e a educação. Enquanto aconselhamento nunca pode ter soluções válidas de forma generalizada, mas se relaciona no seu conteúdo com uma determinada pessoa numa determinada situação, educação deve levar todos envolvidos juntos aos valores e soluções reconhecidos como válidos. A função originária do aconselhamento é levar o indivíduo ao que é particular para ele. Isto implica na *liberdade absoluta*, de aceitar o conselho ou não. A educação inclui o dever de seguir seus conteúdos. (SCHMITZ, 2002. p. 7, grifos nossos).

Schmitz (2002) também propõe uma orientação teleológica para a assistência técnica.

Assim

deve-se utilizar métodos diferentes em função dos objetivos e das mudanças ou inovações pretendidas. No caso das mudanças de interesse externo, trata-se de uma intervenção que pode utilizar métodos de persuasão e até de força, por exemplo, via lei, polícia, etc. Em áreas onde o poder público não tem influência, seja por causa da propriedade particular ou da administração individual do bem, como no caso da produção, organização e comercialização da agricultura familiar, a mudança tem que ser voluntária em função de uma *"nova compreensão"* (Schmitz, 2001:59-60). Isso é a posição do aconselhamento centrado no parceiro. (SCHMITZ, 2002, p. 7, aspas do autor e grifos nossos).

Schmitz (2002, p. 8) propõe o aconselhamento em função de não entender o técnico como educador nas condições atuais (falhas no sistema educativo). Todavia, educação no seu sentido amplo, a meu ver, ocorre ininterruptamente e em qualquer ambiente onde haja o contato de duas ou mais pessoas (mesmo que mediado por produtos humanos: textos, música, pintura etc.) e, no caso do “aconselhamento”, que teria por objetivo apresentar um leque de conselhos técnicos dentro do qual o agricultor teria “liberdade total” de escolha, visa, de toda forma, ainda introduzir um conhecimento novo, uma técnica; prescindindo, inapelavelmente, pelos “clientes”, da apreensão dos procedimentos a ela ligados, de forma que não se pode definir, dentro deste conceito de educação, o trabalho do técnico como não educativo.

Outra questão diz respeito à noção implícita no texto de neutralidade do aconselhamento em contraposição à educação⁹, neutralidade esta que inexistente em qualquer contato interpessoal, onde até mesmo os gestos, modo de vestir etc. estão impregnados com os valores (políticos, ideológicos) dos indivíduos. De qualquer modo, se não podemos deixar de considerar o âmbito educativo da atividade do técnico e como o próprio autor entende educação como eivada de valores, o aconselhamento não tem como ser neutro.

Por um lado o autor afirma que quando o objetivo da ATER não é intervencionista e passa a ser de aconselhamento, “a mudança tem que ser voluntária em função de uma ‘nova

⁹ “Educação deve levar todos envolvidos juntos aos valores e soluções reconhecidos como válidos”(Schmitz, 2002, p. 7).

compreensão” (SCHMITZ, 2001 *apud* SCHMITZ, 2002, p. 7, aspeado pelo autor) e por outro diz que o “cliente” teria “*liberdade absoluta* de aceitar ou não o conselho” (SCHMITZ, *op. cit.*, p. 7, grifo nosso). Tanto esta “nova compreensão” quanto a maior liberdade de escolha¹⁰, nos remetem ao processo de conscientização de Paulo Freire. Somente o sujeito (no caso o agricultor) provido da capacidade de “ad-mirar” o mundo problematizando-o passaria a ter a “nova compreensão” e portanto teria real capacidade de decidir com maior liberdade o que melhor lhe convém. Deste modo o aconselhamento necessitaria de um momento anterior (porém numa visão linear que estanca a educação, negando-a) que tornasse o agricultor apto a decidir pela aceitação ou não do conselho com base numa avaliação das possibilidades e conseqüências calcada na conscientização.

Como veremos, uma das mudanças recentes na ATER do Sudeste do Pará é a não submissão hierárquica dos técnicos da mesma forma que ocorria na EMATER. Esta submissão hierárquica na EMATER do Rio Grande do Sul é um dos fatores atribuídos por Silva (1992, *apud* SCHMITZ, 2002) para a não efetivação de uma atuação dialógica dos técnicos, apesar do discurso baseado nos pressupostos de Paulo Freire. A configuração interna das prestadoras de serviço se revela muito mais horizontal¹¹, favorecendo as discussões acerca dos detalhes da atuação dos técnicos. Desta forma o ambiente se mostra mais propício à efetivação do diálogo técnico/agricultor aqui.

As considerações que Schmitz faz acerca da impossibilidade de aplicação dos

¹⁰ De todo modo é difícil se pensar em “liberdade absoluta” de aceitar um conselho, pois isso depende das posições sociais de quem dá o conselho e de quem o recebe e do contexto em que isso ocorre.

¹¹ Foi possível notar, no acompanhamento de assembleias da COPSERVIÇOS, prestadora de serviços que permitiu esse acesso, que as decisões são tomadas pela discussão de propostas e votação destas. Aspectos como as normas referentes ao comportamento dos técnicos, metodologia de atuação, remuneração salarial e outros são assim decididos. As limitações e interferências nestas decisões advindas do contexto institucional existem, como se vê neste trabalho (como influência de pesquisadores nas metodologias), porém estas não são impostas pelos dirigentes; elas atingem da mesma forma todos os cooperados. Mesmo a reivindicação (como quando solicitam apoio específico de pesquisadores em alguma área na qual sentem necessidade) ou aceitação das interferências são debatidas em assembleia.

pressupostos de Paulo Freire, levando em consideração o contexto atual de formação de extensionistas e de estrutura institucional da ATER, sem dúvida têm pertinência. Porém cremos que o modelo de aconselhamento proposto pelo autor para contornar estas dificuldades não resolveria as questões de fundo que envolvem a ATER e a relação técnico/agricultor. Imediatamente talvez possa ter uma eficiência maior que o atual modelo difusionista, o qual têm mostrado cada vez mais suas deficiências; porém, em longo prazo também este modelo estaria suscetível às mesmas falhas do anterior. Deste modo cremos que a noção de educação dialógica ainda é a que pode responder melhor às demandas dos agricultores familiares e de uma nova ATER, permitindo uma assistência técnica participativa. Se o problema atual está na estrutura institucional da ATER, a realidade analisada neste trabalho demonstra que surgem novas alternativas; se a formação dos técnicos não responde ao perfil ideal de técnico para esta ATER, é aí (na formação) que o problema deve ser atacado.

2.2 IDENTIDADE PROFISSIONAL E SOCIALIZAÇÃO

Claude Dubar (1997) tenta compreender o fenômeno da socialização profissional na França a partir da revisão de diversos autores que se dedicaram ao estudo da socialização (não necessariamente a profissional) e de trabalhos de campo realizados na França por ele e por outros pesquisadores. Interessa-nos aqui a noção que construiu de socialização profissional para embasar sua teoria operatória de identidade profissional.

Ao se falar aqui de identidade profissional não se quer com isso separá-la de outros tipos de identidade, mas sim dizer que o enfoque será dado a um determinado aspecto da construção da identidade, que é o profissional. Segundo Claude Dubar (1997, p. 13) a identidade é produto de sucessivas socializações.

A socialização é o processo contínuo de transações, mediado pelas representações, entre o sujeito e o mundo. Ou seja, como o sujeito percebe e age no mundo a partir das representações que tem deste, representações estas produtos das socializações anteriores e da interiorização (com os vieses das socializações anteriores) de características identitárias requeridas pela sociedade, especialmente no campo em que se propõe atuar.

Dubar resume a noção de construção de identidade social utilizando a análise da identidade como espaço-tempo geracional de Erikson:

A identidade social não é “transmitida” por uma geração à seguinte, ela é construída por cada geração com base em categorias e posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenroladas nas instituições que os indivíduos atravessam e para cuja transformação real eles contribuem. Esta construção identitária adquire uma importância particular no campo do trabalho, do emprego e da formação que ganhou uma forte legitimidade para o reconhecimento da identidade social e para a atribuição do estatuto social (ERIKSON, 1968, *apud* DUBAR, 1997, p. 118)

O processo de socialização seria basicamente calcado em um momento primeiro, chamado de “socialização primária”, em que a criança absorve o mundo social no qual vive não como um mundo possível entre outros, mas como o único mundo possível (BERGER e LUCKMANN, 1986, *apud* DUBAR, 1997 p. 94-95) e constitui-se no mundo de referência para as posteriores socializações. A “socialização secundária”¹² dá-se pela percepção da existência de “submundos institucionais especializados” e pela interiorização destes por meio da “aquisição de saberes específicos e de papéis direta e indiretamente enraizados na divisão do trabalho” (*ibid.*, p. 96). Ela refere-se à incorporação de saberes profissionais, que tem “subjacentes um vocabulário, receitas (ou fórmulas, proposições, procedimentos), um programa formalizado e um verdadeiro ‘universo simbólico’ veiculando uma concepção de mundo, mas que contrariamente aos saberes de base da socialização primária, são definidos e

¹² Mais exato seria se falar de socializações secundárias, visto que a socialização nunca é conseguida, nunca é total nem acabada (DUBAR, *op. cit.*, p. 96). A ênfase aqui é em tentar compreender alguns mecanismos principais desta entrada primeira nos “submundos especializados” pela percepção mesmo da existência destes outros mundos pelos indivíduos.

construídos por referência a um campo especializado de atividades [...]” (*ibid.*, p. 96).

Esta socialização secundária é sempre realizada a partir da socialização primária, ou seja, por meio da transação entre o “mundo” original e o “mundo” especializado (profissão), onde pode ocorrer desde um prolongamento e fortalecimento dos valores e saberes obtidos na interiorização primeira até a “transformação radical da realidade subjetiva construída quando da socialização primária” (*ibid.*, p. 96).

Enfim, o indivíduo, ao perceber a multiplicidade destes “submundos especializados” e notar a necessidade de entrada em um destes, o faz tentando construir sua identidade de modo a se encaixar do melhor modo possível neste novo mundo. Isto é feito mediante a incorporação dos valores, comportamentos e atitudes percebidos como necessários para o profissional ideal. A transação desta socialização secundária com a primária não necessariamente pressupõe a simples substituição desta por aquela ou o simples prolongamento desta, mas podem ocorrer diversas gradações e mesmo sobreposições.

No contexto da ATER na região Sudeste passam a ser requeridas habilidades e competências do técnico que vão de encontro, muitas vezes, com as demandadas na visão oficializada de agricultura (tecnicista) e mesmo outras para as quais este não foi formado. A adaptação a este novo perfil profissional (esclarecendo que este não está claramente definido, mas apenas sugerido, e muitas vezes se contradiz) implica que o sujeito reinterprete sua biografia anterior à luz de novos significantes (algo do tipo “antigamente pensava... agora sei”) e que estes significantes inscrevam-se num mundo que tenha uma estrutura eficaz de plausibilidade (*ibid.*, p. 97).

Dubar afirma que uma ruptura deste tipo pode-se dar tanto em função de uma

socialização primária ineficaz como aquela em que as identidades anteriores tornam-se problemáticas, “onde as identificações aos outros significantes se tornam débeis e onde se cria ‘um mercado dos mundos disponíveis’. (*ibid.*, p. 97). Isto se torna mais provável num “contexto socioestrutural com uma mobilidade acentuada, ou com uma transformação da divisão do trabalho e da distribuição dos saberes” (*ibid.*, p. 98). Nestas situações, “a questão da socialização [...] não está ligada aos insucessos da socialização primária, mas às pressões exercidas sobre os indivíduos para modificar as suas identidades e as tornar compatíveis às mudanças em curso” (*ibid.*, p. 98).

A contribuição de Berger e Luckmann (*apud* DUBAR, *op. cit.*) é importante também ao demonstrar a importância da socialização secundária no processo de mudança social.

[...] qualquer análise dos processos e condições da mudança ou da inovação se confronta com a questão da aprendizagem coletiva pelos atores das capacidades de “invenção de novos jogos, de novas regras e de novos modelos relacionais”. Para isso não basta abrir os “espaços de jogos”, criando “zonas de incerteza” que permitam os “investimentos estratégicos”; é necessário também assegurar a existência de um aparelho de formação (socialização secundária), que permita a transformação das identidades de um ator num sentido que não se limite à reprodução ou adaptação das identidades anteriores, mas que permita envolver-se numa verdadeira criação institucional. Trata-se, pois, de inventar novas regras federativas, novos coletivos. O sindicalismo pode constituir, por exemplo, um aparelho de socialização secundária, permitindo a transformação das identidades “dominadas” em identidades “militantes” (*ibid.*, p. 100).

Deste modo o indivíduo não somente internaliza as receitas, linguagens e programas do submundo especializado no qual reivindica seu reconhecimento, mas tem reais possibilidades de interferir neste e contribuir também para a constituição da identidade ideal deste profissional.

Todavia é importante ressaltar outro elemento já introduzido por Dubar, que é a necessidade da existência de estruturas sociais onde a identidade resultante da socialização secundária se estruturaria, e principalmente da possibilidade de duração destas estruturas (segurança salarial, discurso ideológico minimamente pertinente em relação ao requerido

pelos atores externos à instituição, possibilidade de reconhecimento da competência). No caso das prestadoras de serviços este “mundo” institucional está em construção e a configuração interna, principalmente no caso da COPSERVIÇOS por sua condição de cooperativa, abre maiores flancos para interferência dos sujeitos na constituição do modelo ideal de técnico. Embora isso abra maiores possibilidades de mudança social efetiva, também torna o quadro institucional inseguro, onde poderia ser possível a interpretação de que a identidade construída não encontrasse mais pertinência num futuro próximo, assim desestimulando o investimento em atos constitutivos da identidade.

[...] o investimento privilegiado num *espaço de reconhecimento identitária* está intimamente dependente da natureza das relações de poder neste espaço, do lugar que o indivíduo ocupa e do seu grupo de pertença. [...] O espaço de reconhecimento das identidades é inseparável dos *espaços de legitimação dos saberes e competências* associados às identidades. A transação objetiva entre os indivíduos e as instituições é, antes de mais, aquela que se organiza à volta do reconhecimento e do não-reconhecimento das competências, dos saberes e das imagens de si que constituem os núcleos duros das identidades reivindicadas. (*ibid.*, p. 118 grifos do autor).

Para a realidade que Dubar analisa, a das novas competências requeridas pela “modernização” das relações de trabalho em busca de maior eficiência econômica, as possibilidades, embora admitidas pelo autor, de interferência do sujeito (com sua bagagem identitária) nas estruturas que requerem as características ideais, são menores, pois a decisão quanto a estas características do “bom funcionário” fica a cargo do dono da empresa ou do administrador, que por sua vez toma estas decisões pressionado pela necessidade de eficiência imposta pela economia de livre concorrência.

No caso das prestadoras de serviço analisadas, e em especial da COPSERVIÇOS, em função de ser uma cooperativa, a definição das características do “bom técnico”, ou seja, da identidade virtual desejada, tem maior possibilidade de ser influenciada pelos sujeitos, já que a maioria das decisões sobre metodologias, salários, normas éticas, são tomadas em assembleia. A identidade virtual aqui tem muito mais possibilidade de ser debatida do que

teria numa empresa capitalista. É claro que estas características requeridas sofrem influências de diversos setores da sociedade (movimento sindical, INCRA, intelectuais) porém não há o agente coibidor personificado no patrão.

Outro fator que pesa muito no caso da COPSERVIÇOS são as exigências emanadas dos agricultores e principalmente dos representantes destes no movimento sindical, o qual é ligado fortemente a esta prestadora de serviços (conforme se vê no item 4 – NOVA CONFIGURAÇÃO REGIONAL), de uma posição militante dos técnicos desta prestadora de serviços¹³. Isto geralmente gera conflito entre os técnicos e sindicalistas, já que invariavelmente os técnicos se negam a fazer campanha eleitoral ao mesmo tempo em que estão cumprindo sua função de técnicos. O que não significa que neguem sua posição política ou se neguem a fazer campanha, porém acreditam que isto pode atrapalhar seu trabalho ao criar animosidades gratuitas. De toda forma é possível verificar que mesmo aqueles que se dizem sem opção político-partidária, ou aqueles que declararam ter votado em partidos “de direita” anteriormente, orientam seus discursos de modo a se afinar com o dos militantes dos partidos “de esquerda”. Isto revela uma nova maneira nestes técnicos de pensar o quadro político brasileiro que vai além do discurso utilitarista, já que no discurso elaborado negam a opção político partidária.

Os sindicalistas parecem ter uma visão do técnico como objeto de ampliação/consolidação da base política que dá sustentação aos partidos políticos apoiados pelos sindicalistas. A aproximação de algumas prestadoras de serviços com o movimento sindical, como dito acima, realmente promove certa guinada ideológica no discurso dos técnicos destas prestadoras de serviços, porém os técnicos resistem fortemente à imposição

¹³ Não raras vezes, durante meu acompanhamento de campo (grande parte deste ocorreu justamente no período eleitoral), foi possível presenciar a cobrança dos sindicalistas em relação à uma postura mais incisiva dos técnicos na campanha eleitoral.

explícita, por parte dos sindicalistas, de uma posição militante ostensiva do técnico em campanhas políticas, por exemplo. A aproximação do discurso dos técnicos em relação ao dos sindicalistas se dá mais no âmbito das questões de criação e fortalecimento de políticas públicas para a agricultura familiar. Por consequência há a aproximação do discurso dos técnicos também com o dos partidos e organizações que defendem este segmento da agricultura, devido ao público comum. Como disse um técnico, ir contra estas organizações seria “derrubar a casa em que se está morando” (Paulo, técnico). Mesmo assim há resistência dos técnicos a fazer campanha a determinado candidato, ainda que este pertença a alguma destas organizações.

2.3 PARTICIPAÇÃO

Participação, como diversos termos de uso amplo, tem diferentes acepções de acordo com quem o utiliza. No meio científico pode-se identificar pelo menos duas abordagens com gêneses diversas e ângulos diferentes de abordagem.

O primeiro deles diz respeito à participação popular em decisões políticas, não somente no que concerne ao voto, mas também na pressão exercida, por meio do movimento social organizado, a fim de regular o poder do Estado. Está intimamente ligado ao conceito de democracia.

Segundo Chauí (2000, p. 431 - 432) a democracia teria como princípios básicos:

- É sempre um lugar vazio que os cidadãos periodicamente preenchem através do voto. O poder não se identifica com os ocupantes do governo, não lhes pertence;
- Admite que a sociedade não é una e indivisa, admite, portanto, o conflito como legítimo e legal, permitindo que seja trabalhado pela sociedade;

- Admite que os cidadãos, sem distinção de formação, sexo, raça ou credo, são sujeitos de direitos e que, onde estes não estejam assegurados, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los;
- Divisão dos três poderes da república, onde o judiciário tem a função de mediar conflitos e manter as regras da democracia.

Dizemos que uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando **institui direitos**. (*ibid.*, p. 431, grifado pela autora).

Na Grécia antiga, onde o regime foi inventado,

participação no poder significava: todos os cidadãos têm o direito de participar das discussões e deliberações públicas da *polis*, votando ou revogando decisões. Esse direito possuía um significado muito preciso. Nele afirmava-se que, do ponto de vista político, todos os cidadãos têm competência para opinar e decidir, pois a política não é questão técnica (eficácia administrativa e militar) nem científica (conhecimentos especializados sobre administração e guerra), mas ação coletiva, isto é, decisão coletiva quanto aos interesses e direitos da própria *polis*. (...) A democracia ateniense, como se vê, era direta. A moderna, porém é representativa. O direito à participação tornou-se indireto, através da escolha de representantes. (*ibid.*, p. 432).

Os indivíduos organizados podem interferir (na democracia atual), não relegando totalmente o poder de decisão aos representantes, por meio das organizações de defesa de direitos de minorias e de pressão sobre os representantes.

Lopes, Gomes e Costa (2002, p. 28) fazem uma análise da democracia baseando-se em comparação com a teoria da evolução e da teoria do caos para afirmarem a vantagem, em longo prazo, da maior e mais diversa possível participação dos indivíduos nas decisões: “Quanto mais abrangente e qualificada a intervenção dos indivíduos nas decisões coletivas, mais eficiente a democracia e melhores e mais duradouros seus efeitos”.

Esta argumentação é feita em três frentes: “a primeira discute a importância do papel da diversidade, tanto nos processos naturais quanto nos processos sociais”, assim “A multiplicação de possibilidades permite que as melhores alternativas se manifestem e prosperem.” (*ibid.*, p. 29). Esta afirmação é relativizada pelo fato de a sociedade se diferenciar

basicamente dos sistemas naturais em função da capacidade humana de fazer previsões, e pelo fato de que mesmo não obtendo o sucesso previsto, as possibilidades descartadas na tomada de decisão inicial podem ser reconsideradas, enquanto que na natureza geralmente isso leva à extinção de espécies e sistemas.

A segunda vertente da argumentação “envolve a impossibilidade de previsão exata, em prazo mais extenso, nos sistemas complexos. Essa afirmação, ‘emprestada’ da teoria do caos, é utilizada para justificar a participação, sem discriminação, nas tomadas de decisões” (*ibid.* p. 29). Esta afirmação decorre do fato de que as decisões coletivas, quando analisadas em longo prazo, não são menos inteligentes que as tomadas por um grupo de especialistas ou por uma elite, dada a quantidade de eventos que poderiam interferir para o sucesso ou não da previsão nos sistemas complexos. Com a vantagem, no caso da tomada de decisão coletiva, de os implicados poderem aprender no processo ao se responsabilizarem pelo resultado.

Isso leva ao último argumento dos autores, que é a análise da “aprendizagem social, proporcionada pela acumulação da experiência coletiva nas resoluções de conflitos – acumulação que decorre da ampla participação nas tomadas de decisões.” (*ibid.*, p. 30). Desta forma “a democracia oferece maior segurança de acerto a longo prazo (...) porque se beneficia do potencial criativo da diversidade e da aprendizagem social que propicia.” Já que, mesmo que um tirano consiga um acerto, “este, dadas as possibilidades de desdobramentos futuros, resulta em maior chance de erros futuros, pois a sociedade não incorporou o aprendizado das decisões anteriores.” (*ibid.*, p. 32).

Este componente introduzido pelos autores para relativizar a comparação entre sistemas naturais e humanos, que é a capacidade de aprendizagem no processo (o que Paulo Freire – 1988 – chama de “ad-mirar” a realidade, ou seja, re-conhecer o conhecimento

anterior e daí conhecer mais) está de acordo com a definição de Demo (1996, p. 18) de a participação ser processo nunca acabado, de não poder ser concebida como pré-existente e por isso mesmo não poder ser dada, concedida, mas deve conquistada através da responsabilização sobre os resultados.

Esta primeira abordagem da participação, como se viu, tem raízes na Grécia antiga, passando pela revolução francesa e passou a ser um fenômeno cada vez mais estudado, no Brasil, após a abertura política dos anos 80. Após anos de ditadura militar a participação, reprimida durante tanto tempo, emergiu, influenciando fortemente a constituição brasileira de 1988. O que, após tanto tempo sem treino na democracia, não significa exatamente qualidade de participação, mas engendrou o impulso para que diversas áreas, tanto no campo da ação política como no da pesquisa, buscassem modos de agir de forma mais ajustada com a realidade, via participação, se aproximando e confundindo com a segunda vertente da participação.

Esta outra vertente, a que nos referimos no início deste tópico, nasceu principalmente a partir da segunda guerra mundial com a “descoberta dos pobres” e o fracasso das tentativas baseadas nos paradigmas científicos vigentes em melhorar a vida destes por intermédio de inovações tecnológicas. A busca por uma metodologia científica que fosse mais efetiva para isso culminou na tentativa de se diminuir o fosso existente entre prática e teoria na ciência tradicional pela maior interferência do “público da pesquisa” no processo de construção do conhecimento.

Esta abordagem procurou criar metodologias que permitissem então esta participação, o que culminou numa participação em diversos níveis, como demonstra Albaladejo (1998, p. 6), que elenca tipos diferentes em gradação que vai da participação passiva (onde apenas se

comunica às pessoas sobre a pesquisa que sobre elas incide) até a automobilização (onde a iniciativa parte das pessoas independentemente das instituições externas), passando pela participação interativa (onde o plano de ação é feito por meio da análise conjunta por parte dos pesquisados e pesquisadores). Neste sentido, diversas outras metodologias foram criadas, como, por exemplo, o diagnóstico rápido participativo.

Podemos tirar pelo menos dois princípios básicos para que a participação ocorra como definida:

- não podemos burocratizar a participação: metodologias criadas para efetivar a participação devem admitir mais a incerteza do que a rigidez de método para ter efetividade;
- participar pressupõe responsabilidade, engajamento individual no projeto e com o resultado do projeto, sem no entanto ter o imperativo de que seja o resultado totalmente positivo. O histórico da ATER no Brasil já provou por diversas vezes que, em sistemas complexos, como a agricultura familiar¹⁴, a tentativa de imposição de inovações não obteve sucesso, portanto um fracasso só empataria o placar participação versus pacotes impostos, como a vantagem do fracasso poder ser incorporado, no caso de metodologias verdadeiramente participativas, como elemento para projeções futuras por parte de todos os envolvidos¹⁵.

A preocupação com o resultado como imperativamente positivo tem de deixar de assim ser. Isso leva o técnico a admitir apenas resultados em função dos processos que aprendeu, dentro de sua lógica, não só do resultado possível, mas também dos detalhes do processo adquiridos no decorrer da vida (baseado no paradigma em que foi educado, ou seja,

¹⁴ Tende a ser mais complexo quanto maior for a deficiência em recursos financeiros e infra-estrutura do meio envolvente, pois impede que se controle fatores, simplificando o sistema, via entrada de capital no sistema.

¹⁵ Lembrando que um projeto oriundo da real discussão democrática, onde as diversas opiniões fossem postas em debate, teriam maior chance de envolvimento real dos participantes. Isto decorre do fato de uma opinião não emergida no planejamento, por mais que fraca (minoritária) pode continuar a agir “subterraneamente” e corroer internamente o projeto, além de eclodir com força redobrada caso este fracasse.

as crenças básicas que definem o seu pensar e agir, condicionando não apenas a forma de resolver o problema, mas também o modo de concebê-lo). O fato de o técnico não considerar apenas o resultado que crê certo promoveria a abertura necessária para outros pontos de vista acerca do problema. Isso necessita, primeiramente, da postura autocrítica e da consciência do seu poder por ter mais elementos validados no âmbito da discussão oficializada (por exemplo, ter a linguagem validada nas instâncias como bancos e poder público e por isso mesmo a linguagem em que deve se basear a formalização do projeto). Esta consciência deve levá-lo ao controle deste poder e da consciência dos poderes exercidos entre os próprios agricultores, de modo a não criar mecanismos de dependência em relação a ele ou de dominação em relação aos agricultores, ou ainda legitimar formas de dominação pré-existentes.

Mesmo que os resultados do projeto sejam negativos em parte, vão todos ter aprendido no processo, já que se responsabilizaram por ele, o que também leva a uma melhor compreensão dos pontos falhos do plano e conseqüentemente a pensar soluções alternativas.

A respeito disso convém lembrar o velho problema da diferença de linguagem entre técnicos e agricultores. Deve-se pensar o problema da apreensão dos códigos que permitam a compreensão dos detalhes do processo. A participação pressupõe primeiramente o acesso às informações que permitam aos indivíduos agirem de forma segura nas instâncias de participação e de requerimento desta.

As duas vertentes se unem no contexto da mesorregião Sudeste do Pará para criar a participação demandada aos técnicos da nova ATER. Por um lado os órgão representativos dos agricultores passam a ter mais controle social sobre a ATER da região; têm a possibilidade de interferir onde nunca antes lhes foi permitido, mas por outro eles também não têm a percepção clara de como transformar esta participação política em inovações técnicas

oriundas da participação do agricultor, findando por confundir o papel deste profissional. O perigo aqui é que se antes o técnico era instrumento de modernização do campo utilizado pelo poder público, agora pode passar a ser visto como instrumento político pelos que tem algum controle social sobre sua atividade profissional.

3 OBJETIVOS, HIPÓTESES E METODOLOGIA

O interesse deste trabalho é entender o contexto em que novas habilidades e competências são exigidas dos técnicos, como estes reagem a elas e como as implementam. A perspectiva aqui não é de transformá-lo num “bode expiatório” ou salvador do desenvolvimento rural brasileiro, mas entendê-lo como produto de um meio social, econômico e político.

3.1 OBJETIVOS E HIPÓTESES

Este trabalho tem por objetivo tentar apreender de que forma as mudanças verificadas na ATER na mesorregião Sudeste do Pará têm afetado a identidade profissional do técnico, mais precisamente na relação técnico/agricultor; como este profissional tem reagido frente a este contexto e às novas competências exigidas; e como ele implementa estes novos discursos, sobretudo o da participação.

Este objetivo será abordado a partir de três níveis, com uma hipótese subjacente a cada nível de análise. São eles:

Hipótese: O discurso dos dirigentes e presente nos documentos das prestadoras de serviço é homogêneo no que se refere ao perfil do técnico, às suas funções e as suas práticas de atuação junto aos agricultores, enfatizando a participação.

Nível 1 – Esta hipótese será testada por meio da análise do discurso dos dirigentes das prestadoras de serviço em relação ao perfil do técnico e às práticas de atuação junto ao agricultor.

Hipótese: A participação está presente no discurso do técnico no que se refere à sua

função, ao seu trabalho e ao modo como se deve dar sua relação com os agricultores, porém a forma como concebem esta participação varia em função de suas histórias de vida, estrutura institucional na qual estão inseridos e proximidade com movimentos sindicais.

Nível 2- Esta hipótese será testada pela análise do discurso dos técnicos procurando identificar suas representações acerca do próprio papel, de agricultura, do agricultor, de desenvolvimento e de participação.

Hipótese: Há um descompasso entre o discurso dos técnicos e o dos agricultores, assim como entre o discurso e a atuação prática do técnico.

Nível 3- A hipótese será testada por meio da análise do discurso dos agricultores e do comportamento dos técnicos na relação com os agricultores quando do seu trabalho no campo.

3.2 METODOLOGIA

A pesquisa de campo que embasou este trabalho foi desenvolvida no decorrer de sete meses (março a setembro de 2002), nos quais permaneci morando no município de Marabá, a fim de estar em maior contato com os técnicos e assentados por eles assistidos. Por 13 vezes fui a campo com os técnicos. O restante do tempo era dedicado ao acompanhamento do dia-a-dia nas prestadoras e entrevistas com dirigentes das prestadoras de serviços, técnicos, funcionários do INCRA ligados à política de ATER na região, além de análise dos documentos das prestadoras de serviços, transcrição das entrevistas, acompanhamento de reunião da Câmara Técnica, assembleias das prestadoras de serviços e curso de formação para elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA).

As três prestadoras de serviço com as quais trabalhei são a Cooperativa de Prestação

de Serviços (COPSERVIÇOS), a Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural para Agricultura Familiar na Amazônia (Extensão Amazônia) e a Agência Regional de Desenvolvimento para a Região Amazônica (ARDEMA). Estas prestadoras foram escolhidas tanto pelas suas características diferenciadas como pela facilidade de acesso (proximidade geográfica – as três possuíam suas sedes em Marabá) e facilidade de estabelecimento de contato para pesquisa.

O quadro a seguir descreve a estrutura destas prestadoras de serviço e principais características:

Quadro 01 - Estrutura e características das prestadoras de serviço estudadas (dados de julho de 2002)

Estrutura e características	Prestadora de Serviços		
	COPSERVIÇOS	ARDEMA	Extensão Amazônia
Figura jurídica	Cooperativa	ONG	ONG
Equipe	28 (permanente)	sete (permanente)	seis permanentes. Os demais técnicos são contratados conforme a demanda e apenas pelo período de duração de cada projeto.
Proximidade com as entidades representativas dos agricultores	Grande (FETAGRI)	Média (FETAGRI Tocantina, CPT e CEPASP)	Pequena
Estrutura física	Prédio-sede próprio	-	Prédio-sede próprio
Veículos	quatro carros e oito motos	três carros	Nenhum. Quando é necessário, eles são alugados.

A área de abrangência de atuação destas prestadoras de serviços é a que está submetida à jurisdição da Superintendência Regional 027 (SR-027) do INCRA¹⁶ (figura 1). Estas prestadoras de serviços têm área de atuação diversa, algumas restritas a alguns

¹⁶ Embora a área de abrangência definida para a SR-027 do INCRA em seu *site* (<http://www.skorpionet.com.br/incra>) seja a região Sul e Sudeste do Pará, optamos por utilizar a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já que segundo o IBGE não existe a região Sul do Pará.

municípios (a ARDEMA atua basicamente na microrregião de Tucuruí) e outras atuando em quase todos os municípios da região (COPSERVIÇOS).

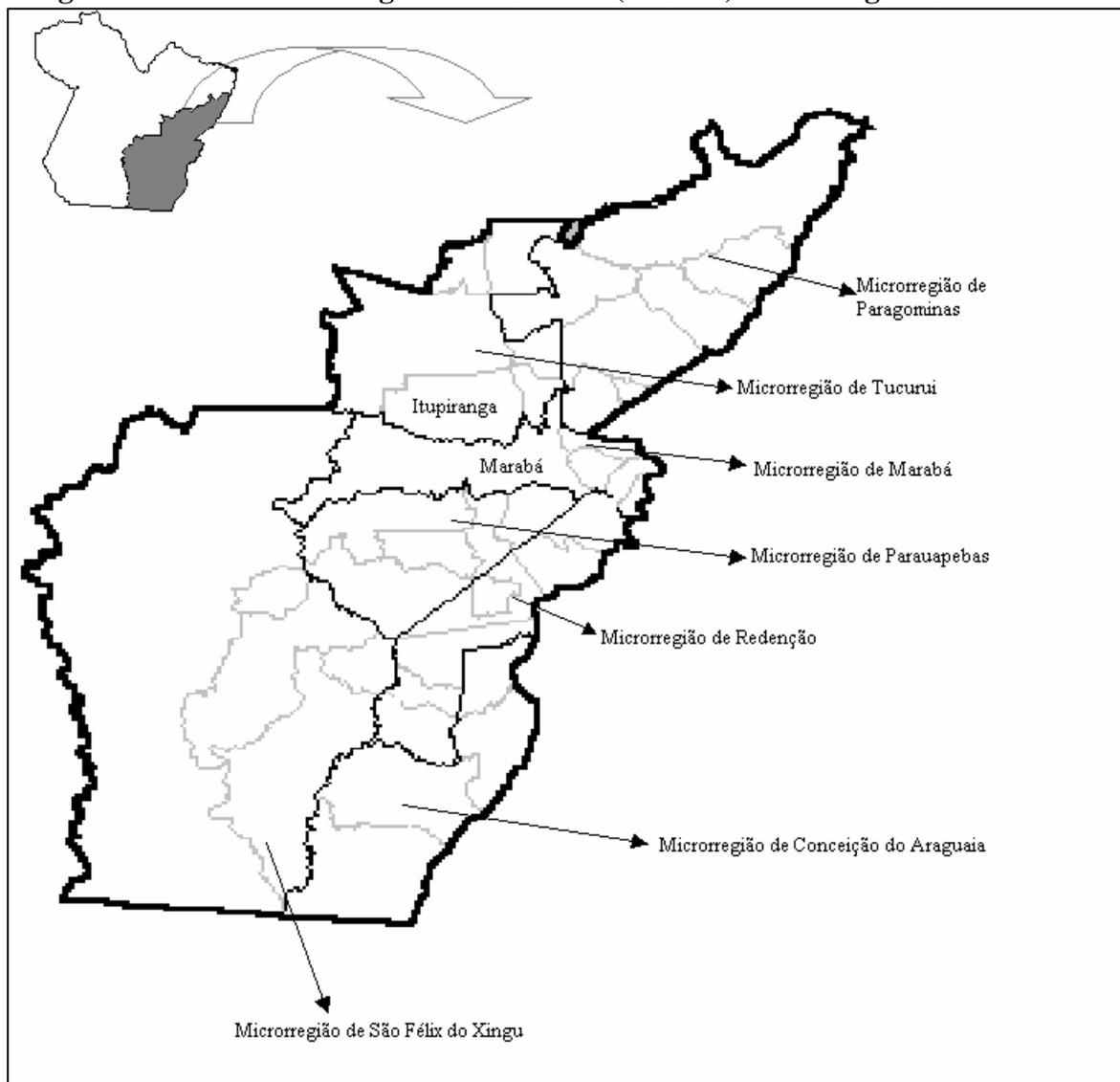
A pesquisa constituiu-se de 25 entrevistas com dirigentes e técnicos das prestadoras de serviço analisadas, funcionários do INCRA ligados à ATER, agricultores de assentamentos da região; análise de documentos das prestadoras de serviço e acompanhamento, no campo, das atividades de técnicos. Optamos pela aplicação de entrevistas informais com roteiro semi-estruturado e gravadas em fitas cassete. A escolha foi em função de crer que este tipo de entrevista é o mais adequado para a finalidade do trabalho, por predispor o entrevistado a opinar mais livremente do que o faria se fosse aplicado um questionário. Estas entrevistas eram geralmente realizadas em clima de conversa informal, o que, se por um lado enriqueceu muito a coleta de dados tanto em quantidade quanto em qualidade, já que mesmo em assuntos que não pareceriam à primeira vista ligados ao foco da pesquisa se conseguia chegar a informações importantíssimas, por outro dificultou imensamente a formalização e sistematização dos dados. As entrevistas foram transcritas literalmente. Por meio da leitura destas com o apoio dos roteiros de questões que as embasou foram retiradas as falas que denotavam as representações dos entrevistados acerca dos pontos de interesse para a pesquisa.

As notas de campo também foram assim analisadas. Infelizmente não foi possível a transcrição literal de todas as reuniões e conversas entre técnicos e agricultores. O processo utilizado foi o de ouvi-las e transcrever apenas os pontos julgados de interesse.

O acompanhamento de campo foi realizado em assentamentos do município de Itupiranga (Figura 1) em função da maior facilidade de acesso. Também neste município estão localizados os projetos de assentamento (São Brás, Grande Vitória, Nova Esperança e Benfica) nos quais foram aplicadas as entrevistas aos agricultores.

A COPSERVIÇOS foi a prestadora de serviços na qual investiu-se o maior esforço de pesquisa e análise em função de diversos fatores, como o fato de ser a que tem maior área de atuação, maior número de agricultores atendidos, maior número de técnicos e pelo fato de ter se mostrado mais acessível à pesquisa, permitindo acesso total e irrestrito a seus documentos e permitir participação do pesquisador nas assembléias e o acompanhamento de suas atividades de campo.

Figura 01 – Área de abrangência da SR-027 (INCRA): Mesorregião Sudeste



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

4 CONFIGURAÇÃO REGIONAL

A microrregião de Marabá foi palco, principalmente nas últimas três décadas, de ocupação por sucessivas levas de migrantes oriundos em sua maioria do nordeste do Brasil, principalmente do estado do Maranhão. Este processo resultou, no decorrer do tempo, em conflitos por terra entre estes migrantes e os proprietários de castanhais. Os conflitos recrudesceram com a implantação de fazendas de criação de gado bovino na região. Diversas instituições aí se instalaram ou foram criados em função deste contexto. (LEROY, 2000; HÉBETTE, 1991 e 2000; WAMBERGUE, 2000, DE REYNAL, MUCHAGATA, TOPALL, 1996).

Em função deste quadro, o contexto institucional da região tem se mostrado singularmente dinâmico, o qual, se encerra em si muito de precariedade organizacional, também faz surgir diversas oportunidades de maior participação da sociedade civil no quadro político da região, efetivada por intermédio da conquista de novos espaços de diálogo e da institucionalização de suas organizações e influência sobre outras novas instituições surgidas.

A solução dos problemas de produção dos agricultores da região e/ou de aumento desta passa a ter mais ênfase com o arrefecimento dos conflitos de terra. Depois de garantir a posse da terra a questão que se impunha, para as organizações de agricultores e ONGs a elas ligadas, era como fazer a terra recém conquistada produzir de forma a assegurar a permanência destes produtores na terra (Emmanuel Wambergue, comunicação verbal). Neste ínterim, as iniciativas de ATER eram realizadas de modo muito tímido pela EMATER e esparsamente por diversas ONGs da região. Nestas últimas a ATER não era o foco central, organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) e outras contratavam alguns técnicos que se

incumbiam desta atividade.

Em 1989 surge o programa Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT), criado em 1989 se propondo a ser um

“programa de Pesquisa-Desenvolvimento composto por duas entidades que devem estar em permanente diálogo: a FATA (Fundação Agrária do Tocantins Araguaia), uma fundação composta e dirigida por sindicatos de trabalhadores rurais da região, destinada a ser base de apoio às atividades diretamente ligadas aos problemas da produção/comercialização e da organização e o LASAT (Laboratório Sócio-Agrônômico do Tocantins) com atividades de pesquisa ligada ao desenvolvimento.” (MUCHAGATA *et. al.*, 1996, p. 22-23).

Este programa era o resultado do esforço conjunto da Universidade Federal do Pará e de sindicatos de trabalhadores rurais e pretendia responder às questões envolvendo a produção dos agricultores por meio de inovações que fossem mais adequadas às condições regionais porque desenvolvidas *in loco* e com a participação dos agricultores.

A criação da COPSERVIÇOS, que aglutinou toda a ATER antes dispersa pelas instituições do movimento social “de esquerda” exigiu uma maior definição das metodologias utilizadas para a assistência técnica. Como se verá no decorrer do trabalho, isto findou por influenciar também as metodologias de elaboração dos Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDAs) assumidas pelo INCRA para a região.

4.1 NOVAS INSTITUIÇÕES

Em 1997 o INCRA cria o Projeto LUMIAR, com o objetivo de implantar um serviço descentralizado de apoio às famílias assentadas nos Projetos de Assentamento (PAs) da região, mediante uma terceirização da atividade de ATER (SOARES-PINTO, 2001, p. 3). Neste momento os agricultores e componentes dos STRs ligados à FETAGRI vêm a chance de financiamento público das atividades de ATER para a agricultura familiar, e em escala muito maior do que antes era feito por meio de projetos com diferentes financiadores. Este

projeto leva à fundação, em 1998, da COPSERVIÇOS, com objetivo de agrupar os técnicos das diversas entidades e atuar de forma mais eficaz, evitando a sobreposição da atuação. A possibilidade de credenciamento das ONGs junto ao BASA para elaboração e execução de projetos de crédito incentivou a criação de novas Organizações não Governamentais (ONGs) e reorientação de antigas para este credenciamento. Surge então a Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural para Agricultura Familiar na Amazônia (Extensão Amazônia), fundada em janeiro de 1998 por três técnicos saídos da EMATER e outros três “independentes, [...] com o objetivo de fazer alguma coisa diferenciada em relação à ATER na região, o que a estrutura da EMATER não permitia” (Dirigente da Extensão Amazônia, comunicação verbal).

Sindicalistas e técnicos, observando a lacuna deixada pela falta de prestadoras de serviço aptas a elaborarem PDAs e projetos de crédito PRONAF-A na região de Novo Repartimento, Tucuruí e Pacajá, criam a Agência Regional de Desenvolvimento para a Região Amazônica (ARDEMA) para preencher este espaço. Com o fim do LUMIAR a decisão quanto às prestadoras de serviço que elaborarão PDAs nos assentamentos já é tomada no âmbito da Câmara Técnica para o Desenvolvimento Rural Sustentável das Regiões Sul e Sudeste do Pará (Câmara Técnica), um dos espaços de diálogo e negociação surgidos neste novo quadro institucional e que será abordado mais adiante. Neste contexto surgem outras prestadoras de serviço que no momento da pesquisa (março a outubro de 2002) somam pelo menos cinco na microrregião (incluindo as três citadas)¹⁷.

¹⁷ Este número é incerto tanto pela rapidez com que novas prestadoras de serviço surgem e outras desaparecem como pela dificuldade de definição dos limites de atuação de cada uma (algumas atuam fora do que se definiu a microrregião ou abrangem áreas maiores que esta).

4.2 ESPAÇOS DE DIÁLOGO

As decisões concernentes ao crédito agrícola e política de assentamento (incluindo-se aí a ATER) da região Sudeste do Pará passam por diversas instâncias, na maioria das vezes envolvendo setores ligados ao poder público (INCRA e BASA), organizações representativas dos agricultores e ONGs. Estas novas instâncias deliberativas abriram espaço para a participação ativa de entidades do movimento social organizado, as quais passaram a ter voz e voto sobre diversos aspectos das políticas públicas para a região. Como no caso do PRONAF-A, no qual os produtores, por meio de suas associações, podem escolher a prestadora de serviços que lhes servirá solicitar sua mudança junto ao BASA, caso considerem o serviço não satisfatório. Os dados recolhidos permitem avaliar que praticamente 90% dos recursos referentes à políticas públicas para assentamentos da agricultura familiar no Sudeste do Pará passam pelo crivo e negociação das instituições do movimento sindical em diferentes instâncias deliberativas, principalmente a Câmara Técnica. Este direito está assegurado, por exemplo, nas normas do PRONAF, que dão poder de indicação e veto sobre a prestadora de serviços que lhes servirá (SAF/SRA/INCRA, 2003).

A seguir descrevo as instâncias mais importantes, em âmbito regional, na decisão acerca das políticas públicas para ATER à agricultura familiar, que são: a Câmara Técnica para o Desenvolvimento Rural Sustentável das Regiões Sul e Sudeste do Pará (Câmara Técnica), a Comissão de Gestão dos Planos de Desenvolvimento de Assentamento (Comissão de Gestão) e o Fórum para Reforma Agrária (FERA).

A Câmara Técnica está ligada hierarquicamente ao Conselho Estadual de Desenvolvimento, que por sua vez está ligado, no momento da pesquisa de campo, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Desenvolvimento

Agrário. Ela tem por objetivo ser um fórum de discussão e decisão acerca dos temas concernentes ao desenvolvimento rural, entre eles a ATER e crédito¹⁸. Sediada em Marabá, atualmente é coordenada por uma funcionária do INCRA. Quinze entidades participavam no momento da pesquisa da Câmara Técnica, são elas: Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins (AMAT), Agência Regional de Comercialização do Sul e Sudeste do Pará (ARCASU), Banco da Amazônia S/A (BASA), Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Federação das Centrais de Associações de Agricultores do Pará (FECAP), Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAGRI), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Segundo a Coordenadora sua escolha foi feita pelos membros da Câmara Técnica, sem qualquer ingerência do INCRA.

É na Câmara Técnica que são deliberadas questões referentes principalmente aos recursos do PRONAF-A e PDA. Nesta instância se dá o debate entre as instituições de representação dos agricultores: MST, FETAGRI e FECAP¹⁹, e a conseqüente divisão dos recursos pelos PAs que estão sob a influência destas organizações. A partir de 2000 a Câmara Técnica também passa a organizar os fóruns de discussão sobre os detalhes técnicos dos financiamentos do PRONAF-A (atividades financiadas, raça dos animais, tipos de instalações

¹⁸ Informações adquiridas no site do CNRDS (CNDRS. *Perfil do conselho estadual do Pará*. Disponível em: <http://www.cndrs.org.br/conselhos.asp?action=mostra&conteudo_id=241>. Acesso em: 26 jan. 2003.;) por meio de entrevista à Coordenadora da Câmara Técnica do Sul e Sudeste do Pará.

¹⁹ A FECAP é uma federação que reúne associações de agricultores não ligados à FETAGRI ou MST. Muitos de seus líderes são antigos integrantes da FETAGRI.

entre outros). Destes fóruns participam não só as entidades que dela fazem parte, mas também outras convidadas, como as prestadoras de serviços.

A participação dos técnicos têm aumentado na definição dos detalhes técnicos do crédito, por exemplo, por meio dos fóruns de discussão promovidos pela Câmara Técnica, porém os técnicos não tem ainda possibilidade de participação na construção das políticas públicas para o desenvolvimento rural regional (Veiga *et al*, p. 9), tanto que as prestadoras de serviços não têm sequer espaço cativo na Câmara Técnica, só sendo convocados eventualmente. Assim, ao mesmo tempo em que as regras de construção de PDA, por exemplo, forcem o técnico a buscar a participação do agricultor, não lhes é permitido participar da construção das metodologias. A pouca interferência do elemento técnico neste âmbito é um dos fatores que ainda dificultam a autoconstrução de uma identidade profissional mais participativa.

A Comissão de Gestão, apesar de ser uma comissão da Câmara Técnica, está submetida hierarquicamente ao INCRA, sendo o seu coordenador indicado pelo Superintendente Regional do INCRA Sudeste do Pará. Trata-se, nesta instância, dos assuntos referentes à contratação de prestadoras de serviço para fazer os PDAs e a implementação dos planos nos assentamentos: são decididos os critérios de seleção, a metodologia geral, métodos de avaliação e acompanhamento do trabalho destas prestadoras de serviço. A relação entre a Câmara Técnica e a Comissão de Gestão se dá também em função de que os PRONAF-A a serem liberados têm de estar já constando do PDA, ou do PDS (Plano de Desenvolvimento Sustentável), no caso de PAs mais antigos.

A existência destas duas instâncias se deve ao fato de os recursos serem oriundos de fontes diversas: enquanto que o da elaboração e implementação dos PDAs é oriundo do

INCRA, o do PRONAF-A vem da Secretaria de Agricultura Familiar.

Embora a instância da Comissão de Gestão seja também de discussão, o INCRA tem maior controle sobre as deliberações, principalmente no que concerne às decisões sobre o credenciamento das prestadoras de serviço a partir de critérios (deste modo as organizações representativas dos agricultores tem que escolher a prestadora de serviços que atuará nos “seus” PAs entre as que passarem nestes critérios) e sobre as metodologias para a elaboração e implementação dos PDAs. já no caso da Câmara Técnica o INCRA exerce menos controle, limitando-se a uma verificação preliminar dos projetos de crédito de acordo com os critérios elaborados nas instâncias superiores.

Na prática são as três grandes organizações representativas da região - FETAGRI, FECAP e MST, as quais participam da Câmara Técnica – que tomam essa decisão. Cada uma destas organizações têm associações das quais estão próximas e para as quais indicam a prestadora de serviços com as quais usualmente trabalham. Assim para atuar nos PAs cujas associações estão ligadas à FETAGRI, quase sempre será escolhida a COPSERVIÇOS (os PAs do sul do estado são delegados, geralmente, à COPATIORÔ – Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável Atiorô); para os assentamentos do MST a prestadora será a COOMARSP (Cooperativa Mista dos Agricultores da Região Sudeste do Pará).

Finalmente, o Fórum pela Reforma Agrária (FERA) foi criado por uma parte do movimento social com a intenção de discutir o desenvolvimento regional de uma maneira global, ou seja, sem se limitar às políticas de crédito e assentamento. Ele reúne organizações de agricultores e ONGs. Entretanto, até o momento da pesquisa, este fórum não havia tido uma atuação efetiva, não obstante ele tem o mérito de tentar definir melhor os papéis de cada

instituição, o que é apresentado no quadro abaixo:

Quadro 02 - Instituições integrantes do FERA e papéis:

Instituições	Papéis
CEPASP – Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular	Comunicação e divulgação
FATA – Fundação Agrária do Tocantins Araguaia	Formação (inclui a EFA – Escola Família Agrícola, e cursos de capacitação tanto para agricultores como para os membros das outras instituições)
COPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços	Assistência técnica e extensão rural
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará / Regional Sudeste	Organização e embate político
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	Formação
LASAT – Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins	Pesquisa-desenvolvimento
CPT – Comissão Pastoral da Terra	Questão agrária (conflitos, denúncias de trabalho escravo etc.)
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros	Meio ambiente
EFA – Escola Família Agrícola	Educação rural de base
COOCAT - Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins	Comercialização e organização da produção
SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos	Questões jurídicas

5 A RELAÇÃO TÉCNICO/AGRICULTOR NOS DOCUMENTOS E DISCURSO DOS DIRIGENTES DE PRESTADORAS DE SERVIÇO.

Neste item analisaremos de que forma os técnicos são representados pelas prestadoras de serviços, qual a representação do papel dos técnicos, do perfil idealizado para eles e as noções de desenvolvimento rural, participação e agricultura constantes nos discursos dos dirigentes e nos documentos analisados.

5.1 ARDEMA

A questão da participação no discurso do dirigente da Agência Regional de Desenvolvimento para a Região Amazônica (ARDEMA) é peculiar por ser ele mesmo ex-agricultor e sindicalista. A participação no âmbito da relação técnico/agricultor não parece ser a mais importante no discurso, aparecendo mais fortemente questões referentes à maior participação da instituição na distribuição dos recursos da reforma agrária. Nota-se também que não pretendem se ater apenas às questões da agricultura familiar dos assentamentos: aparecem também as questões ambientais e de defesa dos índios.

“A ARDEMA é uma ONG. A gente imaginou que assim ficaria mais fácil de trabalhar na área ambiental, de ter contato com o IBAMA. A gente também quer trabalhar com os indígenas, e com os órgãos que trabalham com essa questão.” (dirigente, em 20/08/02).

A relação técnico/agricultor é vista como se o papel do técnico fosse fazer o agricultor falar, perder a timidez, para que ele, o técnico, possa conseguir as informações e melhor definir as atividades a serem propostas. É visível a personalização do discurso por parte do dirigente, que projeta suas próprias representações sobre o desenvolvimento no discurso acerca do papel do técnico, em parte em função da identidade primeira, de agricultor, referida pelo próprio dirigente, que identifica os técnicos como detentores do conhecimento e portanto mais aptos a ajudar os agricultores a saírem da sua má condição, e em parte em função de sua identidade construída no sindicalismo, como militante, que leva-o a um discurso da

imprescindibilidade da ATER para o desenvolvimento da agricultura familiar.

O dirigente, por ter sido agricultor, tem uma visão que ilustra bem a questão das dificuldades do diálogo técnico/agricultor. Na sua visão incentivar os agricultores a falar por meio de questionamentos seria uma dos métodos que o técnico deveria utilizar para facilitar este diálogo. É possível também entrever que estes questionamentos devem ser referentes a assuntos do dia-a-dia do agricultor, o que pode significar uma percepção, por parte do dirigente da importância do esforço de contextualização do diálogo no mundo do agricultor.

“Eu estava observando uma reunião na Serra Quebrada e eu fui lá mais para observar esta questão aí, da relação, a questão da abertura... a questão da timidez, o agricultor é bem tímido, eu já perdi a timidez por que eu estou há mais de 16 anos na lida, passei muito tempo indo pra reuniões e não falava, tinha vontade de falar, mas tinha medo de falar errado, de falar besteira diante de quem sabia mais... isso é natural das pessoas que trabalham no campo, e aí então eu observei uma coisa interessante: como eles já conhecem cada família, pelo apelido, muitas vezes é assim: ‘agora tá aberto pra vocês falarem, o ponto é esse’, aí o pessoal fica calado lá, aí como ninguém se manifestava lá ele perguntava, seu Pedro, como é que foi o seu FNO... com isso quebrou o gelo” (dirigente, em 20/08/02).

O discurso é muito mais enfático quando se trata da participação institucional da prestadora de serviços nas decisões referentes à distribuição dos recursos da reforma agrária. Por atuarem em uma região relativamente afastada da sede da microrregião (atuam no que chamam de “região tocantina”, principalmente nos municípios de Tucuruí, Novo Repartimento e Pacajá), longe portanto do centro das decisões, sentem-se prejudicados na distribuição dos recursos.

“A gente questiona muito o INCRA na questão da participação, na hora que está discutindo, planejando. A gente já recebe uma receita pronta, quando deveria estar discutindo com todas as prestadoras de serviço de serviço aquela receita, e não implantar uma receita de uma minoria dos que se dizem representantes dos assentados, e na maioria desta minoria não tem o conhecimento a fundo dos assentamentos, das famílias assentadas lá dentro e eles ditam as regras pra gente cumprir, e nós que estamos na ponta estamos convivendo no dia-a-dia das famílias assentadas, estamos vendo desta deficiência e nós deveríamos ser convidados para participar desta mesa, pra dizer que Repartimento precisa disto, os assentamentos lá são estes e estes, a dificuldade de acesso é esta, enfim. Aí eles discutem aqui na superintendência e repassam pra ponta. A dificuldade maior que a gente tá tendo com o INCRA é isso.” (dirigente, em 20/08/02).

O quadro institucional de decisão acerca destas questões na região Sudeste do Pará

não é favorável a interferência direta das instituições de prestação de serviço. A decisão é sempre tomada na Câmara Técnica, onde têm poder de voto os órgãos representativos dos agricultores reconhecidos pelo INCRA, o próprio INCRA e diversas instituições, que a princípio não teriam ligação direta com as prestadoras de serviço. O poder maior de reivindicação e deliberação sobre o destino dos recursos fica por conta sempre das instituições representantes dos assentados. A decisão é geralmente uma negociação política entre a FETAGRI regional Sudeste, a FECAP e o MST, cabendo aos outros órgãos mais o papel da verificação da viabilidade do demandado. O fato de a ARDEMA exigir maior interferência neste âmbito não necessariamente passa pela intervenção direta, mas, segundo o discurso do dirigente, que os órgãos representativos que sustentam politicamente a ARDEMA (FETAGRI Tocantina e CPT) tenham maior participação, ou ainda que os atuais representantes reconhecidos pelo INCRA os incluam efetivamente na defesa dos recursos para os assentamentos em que atuam.

5.2 EXTENSÃO AMAZÔNIA

A participação do agricultor no discurso dos dirigentes e nos documentos da Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural para Agricultura Familiar na Amazônia (Extensão Amazônia) aparece sempre tangencialmente. Ela é evocada como um dos argumentos que justificam a existência das prestadoras de serviços, juntamente com outros como a atuação mais ampla, que não se restrinja a apenas a assistência técnica a projetos de crédito, mas que busque atuar no desenvolvimento de forma geral. Vários itens do estatuto da Extensão Amazônia buscam ampliar o mais possível as áreas de atuação da instituição (informação verbal do dirigente). A Extensão tem inclusive modificado o estatuto direcionando-o ou ampliando-o para dar lastro ao requerimento da competência na área em que busca financiamento para a atuação. Exemplo disso é a inclusão, de termos como “[...] resolução de

problemas enfrentados pela agricultura familiar e populações indígenas;”, “Promover a educação ambiental [...]”, “sustentabilidade” (EXTENSÃO AMAZÔNIA, 2002)²⁰.

Quando o discurso se volta para a relação técnico/agricultor nota-se a ênfase dada à convivência pelo maior tempo possível dos técnicos com os agricultores. Isso produziria o estreitamento necessário nas relações pessoais que permitam um maior diálogo pela diminuição do estranhamento do técnico por parte do agricultor e vice-versa. Porém esta não parece ser prática geral, variando de acordo com a atividade e a conveniência. Para a elaboração de PDAs preferem separar o planejamento da execução, e no caso de alguns outros projetos de acompanhamento o monitoramento é realizado da cidade. Apenas no caso dos PRONAFs “A” a estratégia é locar os técnicos no assentamento.

“Quando a gente tem um contrato de PRONAF, por exemplo, a gente contrata o pessoal e lota eles lá no assentamento. porque nossa metodologia é de eles estarem o mais próximos dos agricultores, então não tem essa coisa de ficarem pra lá e pra cá o tempo todo. [...] Existem outros projetos que são monitorados diretamente pelo pessoal daqui.” (dirigente, em 18/06/2002).

“porque o INCRA queria que trabalhássemos as duas coisas juntas, o PDA e a assistência técnica, mas uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Pra fazer um PDA eu preciso contratar especialistas de planejamento, não dá pra colocar um técnico recém-formado pra fazer planejamento...” (dirigente, em 18/06/2002).

Estas variações ocorrem por uma dupla adequação: por um lado a de realizar as ações de forma mais eficiente, e é a que consta no discurso, por outro lado em virtude de melhor se adequar à estrutura flexível e menos dispendiosa de funcionamento da instituição, ou seja, é muito mais prática a contratação de pessoal por tempo determinado do que aumentar de forma permanente a folha de pagamentos. E a sua lotação nos próprios assentamentos poupa custos com infra-estrutura (principalmente veículos). Esta prestadora de serviços tem uma estrutura menos horizontal que as outras. São três os tipos de membros da ONG: os fundadores (seis

²⁰ O dirigente confirmou em conversa informal que o estatuto já havia sido modificado 3 vezes, em função principalmente da necessidade de dar lastro estatutário para as ações em outras áreas que não somente a agricultora familiar.

peçoas): têm direito à voz e voto nas decisões e somente poderão ser desligados por vontade própria; os efetivos: são admitidos mediante a indicação de dois sócios da entidade e aprovados em assembléia por 2/3 dos votos, somente poderão ser desligados por pelo menos 2/3 dos votos em assembléia; consultores: apenas têm direito a voz e o processo de admissão é idêntico ao anterior, apenas diferindo na quantidade necessária de votos para admissão e desligamento, que é de maioria simples de votos na assembléia (*ibid.*). Assim como esta configuração institucional, que privilegia notadamente os fundadores, o processo de contratação de pessoal (terceirização) impede problemas trabalhistas criados pelo vínculo empregatício. A pequena estrutura física também permite um mínimo de recurso investido em uma estrutura que sairia do controle dos membros, no caso de por algum motivo a ONG acabar, já que a lei vigente reza que todos os bens, no caso de a ONG deixar de existir, devem ser repassados a outras instituições similares (isto também é válido para as cooperativas). Desta forma, além da agilidade de ação alegada como principal motivo para esta “leveza institucional”, ela também favorece uma menor aplicação dos recursos que ficariam retidos.

A questão da participação da instituição nas decisões concernentes à aplicação das políticas públicas na mesorregião, como no caso da ARDEMA, é mais enfatizada pelo dirigente que a questão da participação no nível técnico/agricultor. Porém, diferentemente da ARDEMA, a Extensão Amazônia reivindica sua participação mais no âmbito das definições de metodologias de trabalho de ATER do que no âmbito da decisão da alocação e melhor divisão dos recursos da reforma agrária. A ARDEMA, ao fazer isso, reivindica uma posição que é do movimento sindical, de certa maneira confundindo seu papel com o das organizações representativas dos agricultores, o que pode ser tanto uma demonstração de menor investimento na definição e solidificação da identidade institucional, como uma decorrência das necessidades imediatas de financiamento institucional, já que para isso depende dos

recursos que o movimento sindical tem o poder de delegar. A Extensão Amazônia, ao cobrar participação na construção das metodologias, de certa forma cobra também o reconhecimento da instituição como detentora de competência para tanto e em consequência a validação da identidade institucional que disto deriva.

“O que a gente discute muito com o INCRA é isso. Eles fazem como se a gente fosse mera mão-de-obra pro trabalho, mas a gente acha que deveria ser discutido tudo antes, inclusive a metodologia, pelo menos abrir para a discussão, e não, quando já tá fechado, dizer: ‘quem quer ser a executora?, fulana, fulana...’ e isso não é parceria, é contrato, e dentro das instituições tem muitas pessoas que tem capacidade, foram formadas, pós-graduadas e que poderiam contribuir... parceria é a gente discutir todo o processo e a partir daí implementar...” (dirigente, em 18/06/2002).

É bastante pertinente esta reivindicação quanto à maior interferência das prestadoras de serviços na decisão das metodologias com as quais vão atuar, coisa que atualmente não ocorre, ou apenas ocorre de forma indireta para algumas prestadoras de serviço, como se verá no decorrer do trabalho. Porém deve-se atentar para que esta participação não finde apenas na melhoria das condições de atuação das prestadoras de serviços, mas sobretudo para que se encontre o equilíbrio de benefícios para as prestadoras de serviços e agricultores.

No panorama institucional um tanto quanto confuso da região (onde os papéis das instituições estão ainda em definição) esta atitude pode concorrer para a não confusão dos papéis das prestadoras de serviços com o dos movimentos sociais, já que a empresa solicita possibilidade de intervenção no âmbito de definição dos mecanismos que afetam seu trabalho rotineiro, deixando para os movimentos sociais as definições acerca das demandas dos recursos. Também concorre para isso o fato de a Extensão depender menos das organizações de agricultores para garantir recursos, e assim não fica tanto à mercê das regras que de certa forma obrigam a participação, inerentes ao PDA e PRONAF-A, e nem do grande poder de

controle social fruto da organização destas organizações²¹, optando por trabalhar com organizações indígenas, que não alcançaram o amadurecimento das organizações de agricultores e por isso exercem menor controle sobre os serviços prestados.

5.3 COPSERVIÇOS

A Cooperativa de Prestação de Serviços (COPSERVIÇOS) difere das anteriores principalmente em dois pontos: figura jurídica (é uma cooperativa) e histórico. O fato de ter sido fruto de uma parcela do movimento social a liga de forma muito estreita a este. Também deriva da especificidade da história a forte ligação com o LASAT, já que ambos têm origens ligadas ao programa CAT. Estas peculiaridades dão nuances distintas ao discurso dos dirigentes aos documentos da instituição acerca da relação técnico/agricultor sem, no entanto, diferir dos discursos anteriores na essência: as expressões do tipo “ouvir o agricultor” e “dialogar” são tão presentes quanto no discurso das outras prestadoras de serviços.

A ênfase dada a este aspecto (da relação técnico/agricultor) e a especificação de como se deve dar são mais bem definidos no discurso dos dirigentes desta prestadora de serviços, em função da forte ligação com a FETAGRI e principalmente pela forte ligação com o LASAT, instituição onde se origina a maioria das metodologias utilizadas pelos técnicos (não só desta cooperativa, mas as metodologias adotadas pelo INCRA para elaboração de PDA região) e que foi encarregada de ministrar os cursos de treinamento dos técnicos para o PDA. Esta forte ligação com a FETAGRI e o LASAT explica porque são quase inexistentes as cobranças por participação da COPSERVIÇOS nestas instâncias decisórias das políticas públicas da reforma agrária, as quais são freqüentes nas outras prestadoras de serviço.

²¹ Convém lembrar que a criação, por parte do MDA nacionalmente e do INCRA/LASAT microrregionalmente, dos mecanismos que obrigam a atenção das prestadoras de serviço para a participação é em parte fruto do próprio poder de organização e de reivindicação destes movimentos, manifestado de várias formas, como a ocupação de sedes de órgãos governamentais, acampamentos e outros.

Esta proximidade torna a COPSERVIÇOS um “campo de testes” privilegiado das metodologias de ATER. Como a estrutura funcional da COPSERVIÇOS é específica, supõe-se que os entraves encontrados também tenham certa especificidade, o que introduziria certo viés na análise das mesmas e desta forma há certa interferência da COPSERVIÇOS nos ajustes das metodologias de ATER. Fato é que para isto colabora uma das estratégias de sustentabilidade da COPSERVIÇOS, que é a maior predisposição para aceitar interferência de outras instituições em seu trabalho.

“A abertura com as outras instituições é que faz com que a COPSERVIÇOS se mantenha” (dirigente, em 23/05/02).

A FETAGRI dá respaldo institucional a esta prestadora de serviços, o qual se traduz em recursos quando a indicam para ser contratada para atuação nos PAs ligados a esta entidade de representação de agricultores.

“A diferença é que a COPSERVIÇOS interfere nas políticas públicas. Se dizem que só tem tanto dinheiro para financiamento, a gente briga sempre pra sair mais, enquanto que as outras só aceitam o que os políticos dão, sem reivindicar” (dirigente, em 23/05/02).

Um dos motivos de orgulho da COPSERVIÇOS (juntamente com outra cooperativa do sul do Pará, a COPATIORÔ, e com a FETAGRI) é ter conseguido a ampliação das atividades financiadas. A verificação das necessidades dos agricultores pelos técnicos desta prestadora de serviços fomentou a luta por esta ampliação, ou seja, as demandas surgem a partir da percepção que tem os técnicos destas necessidades. Mesmo havendo abertura para a interferência dos próprios agricultores, ou as demandas nascendo a partir do que é externado por eles, elas somente são tomadas como pertinentes após passarem pelo fórum técnico, mormente nas questões como viabilidade comercial, custos iniciais, necessidade de mão-de-obra e adaptação às condições edafo-climáticas.

“Todas essas propostas que nós estudamos, são propostas que nós estudamos em função das necessidades da agricultura familiar, estas de galinhas, do porco etc. foi tudo que surgiu deles, a gente só aperfeiçoou. Então eles deram a idéia e a gente, enquanto técnico, foi melhorando estas questões das instalações e tal, que é nossa função. A gente continua ainda com um entrave, porque a gente continua fechando algumas coisas, abriu muitas coisas ainda porque até 2000 só podia financiar cupu, açaí, vaca e cerca, e a partir da necessidade da agricultura familiar nós estudamos e criamos uma nova proposta de criação de galinha, açude, criação de peixe, de porco, de bode. E nós bancamos isso enquanto política pública no BASA, então o BASA começou a financiar até para outras prestadoras de serviço a partir da apresentação nossa, então foi uma conquista grande.” (dirigente, em 14/08/02)

Embora seja difícil reconstituir em todos os seus detalhes de que forma estas demandas nascem e chegam ao estágio de serem consideradas pertinentes pela COPSERVIÇOS para que seja reivindicado o seu financiamento pelo BASA, cogitamos que sofra influências também da FETAGRI, já que geralmente opta por defender atividades que tenham aspectos que contribuam para o argumento da necessidade do financiamento, que nem tenham custos de implantação baixos demais (neste caso o argumento seria enfraquecido pelo fato de o agricultor poder fazê-lo prescindindo do financiamento), e ainda que estas não tenham custos de implantação muito altos, o que comprometeria a capacidade de pagamento e ultrapassariam o nível máximo de financiamento imposto pelo Banco. O interesse da FETAGRI parece ser sempre encontrar o equilíbrio entre capitalizar o máximo possível o agricultor mediante o financiamento e a viabilidade, na percepção dos dirigentes, da atividade proposta, podendo, porém, o primeiro ser privilegiado em detrimento da segunda. Neste sentido a FETAGRI pode influenciar na escolha das atividades pelas quais opta a COPSERVIÇOS junto ao BASA.

O LASAT, também em função da forte ligação com a COPSERVIÇOS, pode influenciar nesta questão mediante a participação em muitas das decisões internas da prestadora de serviços. Esta influência não se dá tanto no âmbito da definição das atividades, mas mais que pelo fato de a COPSERVIÇOS, ao ampliar o leque de atividades financiadas, buscar a diversificação do sistema, assim indo ao encontro de um dos pontos de vista de

grande parte dos intelectuais do LASAT, qual seja que a o desenvolvimento da agricultura familiar passa pela diversificação do sistema produtivo de seus estabelecimentos.

O papel atribuído ao técnico no discurso dos dirigentes da cooperativa é bastante influenciado pelas premissas teóricas oriundas do LASAT e pelas relações com a FETAGRI. Do primeiro provêm expressões como “técnico como mediador”, incorporadas ao discurso a partir de textos construídos inspirados em outros do LASAT. Há todo um discurso atual da FETAGRI em relação à agricultura familiar que contagia por sua vez o discurso acerca das funções do técnico, delegando a ele atividades referentes à defesa desta categoria. Assim fica quase que inerente à função deste técnico a atuação política a favor de partidos de esquerda ligados à FETAGRI. Embora se negue que seja pré-requisito para a contratação o fato de se ser filiado ou simpatizante do Partido dos Trabalhadores para ser contratado, se espera que não seja atuante em partidos de direita. Como um dos critérios de contratação é a indicação do candidato por parte de entidades ligadas à prestadora de serviços; muitas vezes aí já são filtrados os candidatos, barrando os que tenham atuação ou discurso que destoe do “de esquerda”.

“Eu acho que você sendo mais de um partido de esquerda ou de direita reflete na sua própria metodologia de trabalho, pela prática que você tem, não que agora todo técnico tem que ser petista, mas você tem que propor mudar o modelo atual da agricultura familiar, e a única mudança é através de um partido que você acredita que batalha para isso, então tem gente que não é envolvido, que não é filiado diretamente, mas com as ações acaba praticando isso, ele não gosta de se envolver com questões partidárias, não se filia e tal, mas as ações são fundamentais. [...] você tem que romper com o sistema atual, você tentando romper com isso, rompe com quem já tá há muito tempo no poder, que sempre foi a direita. Não interessa que o sujeito suba no palanque, vista a camisa, mas é lógico, se ele tem este discurso ele vai ter que procurar o caminho dele, não posso ter um discurso de romper, e ao mesmo tempo estar inserido...”²² não vou derrubar uma casa estando dentro” (dirigente, em 14/08/02).

“Aqui na cooperativa tem gente de ambas as partes, tem gente que é bom mais politicamente na coisa e nas questões técnicas práticas mais ruins, então ele tem que saber como ele compensa... em determinados assuntos uns participam e outros não, então assim: aqui tem gente que é bom no peixe, e quando tem discussão de piscicultura, palestra, essas coisas, é ele que vai pra se

²² Dá a entender que não pode estar inserido em partidos de direita, ou em ações que contribuam para deslegitimar a política que banca a sobrevivência da instituição.

especializar. Às vezes na mesma região que ele vai discutir sobre o peixe, vai discutir sobre a estrada, então é melhor ir outra pessoa com ele, porque tem maior domínio sobre essa relação organizacional” (dirigente, em 14/08/02)

O discurso dos dirigentes é que no âmbito de seleção pela prestadora de serviços este aspecto tem pouco peso, pois se espera que o próprio clima político e a empatia com os agricultores, advinda da sensibilidade aos problemas destes, conduza os técnicos a uma aproximação com o discurso de esquerda e isto se reflita na prática. Busca-se respeitar os limites de aspirações pessoais, direcionando pessoas conforme as habilidades demonstradas.

“Vamos contratar técnico porque ele tem que ser um bom técnico. O fato de ele se inserir em outras questões depende da capacidade nossa de fazer com que ele se envolva, dele ter o entendimento que é importante participar das reuniões do sindicato, para discutir como é que vai organizar a associação, *então ele tem que ter o entendimento que é fundamental para ele também isso daí*. Então esta relação tem que ser bem clara para não exigir demais do técnico onde até pela formação dele não é para aquilo...” (Dirigente, em 14/08/02, grifo nosso).

O texto grifado deixa entrever o tipo de identidade que se espera, ou pelo menos o discurso esperado acerca destas questões a fim de que ele se mantenha no campo de trabalho proporcionado e defendido pela FETAGRI. Este aspecto revela uma questão que será pormenorizada mais adiante, que é o quanto o novo “mundo” estruturado, onde estas identidades construídas devem se encaixar, tem possibilidades efetivas de se manter e assim possibilitar a solidificação desta nova identidade (a de extensionista da “nova ATER”).

Algumas características esperadas do técnico deixam entrever o quanto o discurso por parte dos dirigentes faz parecer imprescindível a interiorização das posições da FETAGRI e a ação voltada a seus interesses. A lógica é que o técnico repasse aos agricultores as informações às quais tem mais acesso, e as quais os agricultores não teriam tanta facilidade de acessar, e mais ainda que estas informações subsidiem as discussões da FETAGRI. O fato de se enfatizar que a atuação do técnico deve fortalecer as instituições locais é também bastante preconizado no discurso; isto, além de servir para a FETAGRI, ao fortalecer suas bases, também contribui para facilitar o próprio trabalho da prestadora de serviços, já que quanto

melhor estruturada a associação dos assentados, menos encargos desta recaem sobre os técnicos, principalmente nos trâmites burocráticos. Também o maior poder do presidente da associação facilita a reunião dos assentados e o trabalho no assentamento em geral.

“Eu acho que o fato de a gente estar mais em contato com os jornais, os movimentos sociais, com TV, internet, então a gente cria esta ponte de informação junto com o agricultor. [...] agora se eles vão fazer uma reunião junto com a prefeitura pra tentar conseguir alguma coisa, não, eles é que tem que dizer. Então o papel nosso é informar que a estrada depende da prefeitura, por que saiu convênio, saiu recurso pra lá, mas a forma de como vai fazer, não, aí tem que ser próprio interesse deles em coletividade. E o técnico tem que ajudar isso aí, pra mim ele é o ponto de inserção, vai ser um intermediário de discussão. [...] Agora é lógico, uma coisa que a gente não pode esquecer é a questão técnica mesmo, não pode fugir disso, nós somos técnicos, nós temos que levar isso daí. Agora só isso daí hoje não resolve, então tem que buscar esse outro lado. E o técnico só por ele também não consegue modificar, então o técnico tem que ver como ele consegue mediar.” (dirigente, em 14/08/02)

“Mas a apresentação do técnico é fundamental, pra nós, toda reunião que vamos fazer dentro do mato, nós não começamos a reunião, é a associação que tem que dizer que a reunião é deles, que foram eles que chamaram nós, pra gente poder conversar, que a gente é amigo do pessoal e que tamos abertos pra poder fazer a discussão, porque aí você reforça também o papel organizacional da associação, a questão do trabalho coletivo e tal...” (dirigente, em 14/08/02)

O ouvir o agricultor é bastante enfatizado como prerrogativa para que a ATER funcione e cobra-se do técnico uma postura que faça com que o agricultor fale, exponha seu pensamento, também aqui se espera que a vivência no ambiente institucional conduza a tal postura, consideradas as idiossincrasias.

“Você tem que elevar a auto-estima do agricultor e elevar o papel dele. Acho que o técnico tem que dizer: ‘a sua pergunta é super interessante, acho que tinha que perguntar isso mesmo’. Então você tem que fazer com que o agricultor sinta que é importante na discussão, se você vai e coloca uma mesa e vai e fala, então ele foi ali para ouvir, e não para falar (o agricultor), então quando você envolve o agricultor... porque a reunião só dá certo se eles fizerem perguntas e contribuírem... é lógico que vai ter técnico que vai ter esse contato mais aproximado com 1, 2, 3 meses, tem aquele que em uma reunião o pessoal já vai falando e convivendo com a pessoa.” (dirigente, em 14/08/02).

Para os dirigentes desta cooperativa um dos fatores que mais facilitam o diálogo seria a forte ligação da prestadora de serviços com a FETAGRI, o que faria com que o agricultor visse o técnico como um “companheiro de luta”, uma pessoa empenhada nas causas dos assentados, “gente nossa”, enfim.

“[...] eu acho que a ‘cor’ da COPSERVIÇOS é a FETAGRI, e o sindicato, então, não vou dizer que a gente é peão da FETAGRI, mas tu entende... Inclusive, a primeira coisa que eu exigi da COPSERVIÇOS é que ela montasse o escritório dentro da FETAGRI, pra que para os agricultores, a COPSERVIÇOS é dentro da FETAGRI. Vou a COPSERVIÇOS, vou a FETAGRI, vou a COPSERVIÇOS Vou a Fetagri”. (dirigente, em 10/07/02).

“[...] o fato de a gente tá participando nas discussões da FETAGRI, de estar vendo as discussões das associações... Ele vai para a rua e encontra a gente no sindicato; vai para reunião de sindicato encontra técnico lá. Ele começa a perceber que aquelas pessoas ali são as pessoas que estão no nosso meio, são as pessoas que merecem, que a gente pode conversar, que a gente pode falar que o INCRA não presta, que o prefeito também, sabe que é uma pessoa nossa, que tá aqui para ajudar, então é essa inserção que a gente tem...”. (dirigente, em 14/08/02).

Esta posição de companheirismo é peculiar, pois cria, como eles mesmos verificam, um elo com os agricultores. Porém uma posição, por parte do técnico, simplesmente discursiva e contestatória do poder público, baseada em posições ideológicas (que quando fica apenas no discurso corre sempre mais o perigo de descambar para o preconceito) pode causar um viés que pode prejudicar a relação com os agricultores que não comungam estas posições ideológicas. Além disso a posição puramente contestatória pode criar um clima que impeça a participação reivindicatória e os benefícios disto para os agricultores. Muitos técnicos desta prestadora de serviços têm esta noção, conforme já foi discutido no item 2.2 - Socialização e identidade profissional, e buscam debater, junto aos integrantes do movimento sindical, uma definição mais clara do papel do técnico de modo a, sem perder de vista a proximidade das idéias políticas entre as instituições, não se reduzirem umas às outras e principalmente não excluïrem agricultores do acesso à ATER em função de suas posições políticas.

6 A RELAÇÃO TÉCNICO/AGRICULTOR NO DISCURSO DOS TÉCNICOS.

6.1 O DISCURSO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR

A questão da participação do agricultor é muito freqüente nos discursos dos técnicos como lógica, como condição imprescindível para a boa atuação do extensionista na região, já que, pelo fato de praticamente todos os entrevistados serem oriundos de outros estados ou de outras regiões do estado, todas as suas referências técnicas tinham sido construídas sobre outro contexto, onde eram outras as plantas cultivadas e animais criados ou, quando coincidiam estas, eram outras as condições de plantio e criação, o que os obrigaria a necessariamente ouvir o agricultor primeiramente. Este fato já demonstra certa predisposição à abertura para o diálogo, pois tomam o próprio agricultor como legítima fonte de informações técnicas acerca das culturas locais.

“Este período que a gente passou aí sem salário ou sem nada, foi um período também um pouco de estágio, a gente começou a conhecer o que era a agricultura familiar e conhecer a questão política da coisa aqui, agora tinha um desafio: como nós vamos dar uma resposta técnica para isso, o que que realmente nós vamos fazer aqui... termos diferentes, plantios diferentes, cultura que você não conhecia, cupuaçu, açaí. Os próprios termos também sobre agricultura familiar não se conhecia [...] nossa metodologia (no LUMIAR), já era participativa, até pelo fato de ninguém tinha nem critério de tentar propor alguma coisa, então o negócio nosso, como era de fora, era tentar ouvir, daqui da região só tinham três pessoas, e aí tinha gente do Ceará, Rio grande do Sul, Belém... então o negócio nosso era ouvir mesmo. [...], então neste período a gente começou a aprender sobre as questões mais técnicas da agricultura da região. Como é que plantava o cupuaçu, o feijão, essas coisas. Se o pessoal adubava ou não, botava veneno ou não.” (Paulo²³, técnico, em 14/08/02).

“quando eu cheguei na região eu não sabia o que era um pé de cupu, então eu tive que usar um pouco da inteligência e ser mais humilde ainda pra ouvir o cara primeiro pra depois eu... então a gente tem que ir devagar... Eles foram me ensinando, e hoje a gente vai conversando, vai vendo um pouco no livro e aplicando, então eu nunca trabalhei com esta questão de chegar e impor.” (Antônio, técnico, em 19/09/02).

“Tive que retroceder e aprender a trabalhar com enxada e facão, eu que nunca havia visto um facão na vida, pois antes só trabalhava com máquinas”. (José, técnico, em 10/07/02).

O conhecimento adquirido não se restringia às culturas, mas, no caso dos técnicos da COPSERVIÇOS, se refere também à apreensão de conhecimento acerca da organização dos

²³ Os nomes são fictícios.

agricultores e à tomada de consciência do quanto isso pode contribuir para a continuidade de seu próprio trabalho. Muitos planejam o retorno a suas regiões de origem para colaborar na organização dos agricultores e com isso estimular a necessária pressão destas organizações pelas políticas públicas para ATER, na qual seriam eles (os técnicos) os naturais executores.

“A gente montou um grupo e a nossa idéia é voltar para lá [Ceará], [...] a gente quer retornar para lá, aplicar lá o que a gente aprendeu aqui. A gente vê o sindicato, a dificuldade que tá lá. Lá o sindicato só aposenta, é muito diferente daqui. Então a nossa idéia é mais de assessoria ao sindicato lá no Cariri.” (João, técnico, em 13/08/02).

Não foi possível identificar um discurso formulado de participação do agricultor no âmbito das inovações técnicas específicas, ou seja, as que dependem sobretudo do diálogo técnico/agricultor. Neste aspecto apenas são citadas algumas características que o bom técnico deveria ter para facilitar o diálogo, como a humildade, a neutralidade no que se refere a política partidária, o companheirismo (este companheirismo tem duas faces, uma que diz respeito à proximidade, à amizade do técnico com o agricultor e a família e outra que diz respeito à proximidade político-ideológica como o movimento sindical) entre outros. É notável, porém, que não apareçam acusações, comuns no discurso de técnicos de outras regiões, de que o agricultor não obedece ao técnico e por isso não evolui. O fato de não mais usarem argumentos como este, deixando porém uma lacuna no discurso no que se refere a este aspecto especificamente (o da participação pessoal e individual dos agricultores no processo de inovação técnica), deve-se ao fato de que percebem que acusar o agricultor como o responsável pelos problemas técnicos decorrentes da inovação ou mesmo pela não aceitação da inovação não é mais um discurso aceitável, porém por outro lado não conseguem elaborar um discurso plausível para esta questão. Isto já deixa entrever uma dificuldade de aplicação prática do discurso da participação do agricultor neste nível, ou seja, as práticas “participativas” não conseguiram, ainda que praticadas pelos técnicos de forma involuntária por meio de metodologias que de certa forma forcem a participação, encontrar lugar na

estrutura cognitiva (e portanto na identidade profissional) destes técnicos. A participação não encontra lugar nem no modo de se ver a ATER e a agricultura familiar, nem faz parte dos instrumentos colocados a disposição do técnico quando da formação. Trata-se sobretudo de um problema de formação/capacitação.

Porém isto também ocorre porque as metodologias citadas acima não são claras. Faltam pesquisas para o estudo e elaboração de metodologias práticas de atuação “participativa” do técnico no nível da relação técnico/agricultor. As que existem (excetuando-se as propostas por Paulo Freire) mantêm-se num âmbito teórico demais para absorção dos técnicos e envolvem questões que necessitam de uma difícil ruptura epistemológica. cremos, porém que esta ruptura seja imprescindível para o novo perfil de técnico da ATER exigido, todavia não se encontrou ainda a melhor forma de se fazer isso, até mesmo pela falta de mais recursos e tempo para capacitação e pelos problemas de formação atual dos técnicos.

6.2 HISTÓRIAS DE VIDA

As histórias de vida dos entrevistados variam pouco. A grande maioria dos técnicos é oriunda do Nordeste e de famílias em geral humildes. Apenas um é filho de fazendeiro e dois dizem que seus pais não eram agricultores; os outros são filhos de agricultores familiares. A opção de se formarem para trabalhar na área de ciências agrárias é colocada como vocação por apenas um entrevistado, para o restante foi contingencial, já que as escolas técnicas eram a opção mais à mão para um ensino de qualidade e que conduzissem de forma mais rápida ao mercado de trabalho. Porém todos alegam que a escola lhes despertou a vocação e o “gosto” pelo trabalho na área.

A percepção do técnico do interesse (não apenas financeiro, mas de incorporação neste mundo e da possibilidade de usufruir todos os benefícios desta incorporação: reconhecimento

social, *status*, ou mesmo satisfação pessoal oriunda da contribuição para a melhoria de vida dos assentados) deste tipo de discurso nas condições atuais parece ser mais forte do que alguma tendência que possa advir das condições de socialização primária, ou seja, este é o discurso esperado tanto pelos dirigentes das organizações de agricultores como pelo governo. Esta percepção de ser este o discurso esperado, e portanto o que o vincula ao “mercado de trabalho” proporcionado pelo novo ambiente da ATER, não quer dizer que promova uma reconversão de identidade, em alguns casos representa a possibilidade de fortalecimento de opiniões e atitudes já existentes, em outros representa uma primeira entrada para a posterior incorporação deste aspecto identitário.

No caso dos técnicos entrevistados, mesmo daqueles cujos pais são agricultores familiares, persiste a representação de que os agricultores familiares são “atrasados”, ou seja, utilizam técnicas de produção ineficientes. Na verdade o fato de nascerem nestas famílias não significa que teriam que passar por uma reconversão de identidade na formação escolar tecnicista das escolas profissionalizantes de nível médio ou das universidades e depois na vida profissional, pois a visão oficializada de agricultura que paira na sociedade brasileira condiciona em algum grau mesmo o modo de pensar dos agricultores familiares, que começam a ver a si mesmos como “atrasados” em relação ao “agricultor ideal” representado e veiculado nas cartilhas, revistas especializadas, televisão e nas propagandas dos produtos agropecuários. Os técnicos oriundos da agricultura familiar podem até mesmo ter esta visão extremada, pois passam a ver o seu antigo modo de vida e de trabalho e o dos seus pais com os olhos do “agricultor moderno”.

A exaltação tão convincente das qualidades (produtividade, eficiência e pouca demanda de mão-de-obra) das técnicas “modernas” na escola profissionalizante faz com que,

ao se ver e aos seus com os olhos do “moderno”, passe a menosprezar ainda mais as “técnicas tradicionais” e a enfatizar a necessidade da substituição destas pelas técnicas “modernas”.

6.3 REPRESENTAÇÃO DO PRÓPRIO PAPEL

O discurso dos extensionistas mostra claramente que sentem a necessidade de adaptar seu perfil profissional às novas demandas. No contexto atual de maior controle social dos agricultores sobre a ATER isto significa assumir procurar uma maior proximidade com os agricultores em dois níveis: o pessoal e com as organizações de agricultores.

O discurso referente ao segundo nível é mais freqüente nos extensionistas da COPSERVIÇOS, que abarca não só a proximidade com as organizações internas (associações de produtores) como as externas ao assentamento (FETAGRI, FECAP e MST). Por outro lado as outras prestadoras de serviços detêm-se mais no âmbito das associações e do contato pessoal. Isso se dá pela percepção, pelo técnico, da importância da anuência do agricultor ao trabalho do técnico, e no caso da COPSERVIÇOS significa ter boas relações com a FETAGRI, que decide a prestadora de serviços que vai atender as associações que estão a ela ligadas. No caso da COPSERVIÇOS isto ocorre em função do tipo de relação com a FETAGRI, ou seja, embora fortemente aquela esteja ligada a esta desde a origem, há uma tentativa de discussão dos limites da ingerência da FETAGRI na COPSERVIÇOS e mesmo alguns conflitos disto resultantes. A FECAP não possui ligação tão forte com prestadora de serviços alguma e no caso do MST este possui sua própria prestadora de serviços (COMARSP), sobre a qual tem total controle.

“Para mim o técnico tem que sair da questão tecnicista. O técnico, puramente técnico, ele não tem mais espaço hoje na sociedade, então hoje ele tem que ser mais uma pessoa orientadora, digamos assim... pra planta produzir precisa ter um solo bom, preciso ter água, ter um clima, etc. então a agricultura familiar é muito mais complexa, tem a questão da família, a participação na mão-de-obra, tem toda a questão coletiva, a agricultura familiar não consegue produzir e crescer isoladamente, cada produtor. Tem uma questão política, de buscar realmente os direitos que cada

produtor tem... então por mais que ele tenha uma produção, ele se depara com a prefeitura que não fez a estrada... ele tem que entender também qual o papel dele na sociedade... então a lógica é que o técnico consiga compreender, não a planta e o estabelecimento, mas consiga compreender a conjuntura que está em volta do PA, da comunidade e do assentamento.” (Paulo, técnico, em 14/08/02).

No caso dos técnicos da Extensão Amazônia a validação da proximidade com os agricultores se dá mais no âmbito da vinculação pessoal aos assentados, do reconhecimento do seu estatuto de extensionista por parte dos assentados.

“um bom técnico é aquele que consegue satisfazer todas as necessidades, entre aspas, do agricultor [...], existem colegas que estão entrando na minha área, eu digo pro produtor: ‘olha um dos objetivos de a gente trabalhar e brigar por vocês... eu quero a fidelidade, não que vocês sejam obrigados a ficarem comigo, mas não adianta eu começar um trabalho aqui com vocês um mês, e vocês trocarem pra outro’, mas em cima de resultados que eles estão vendo, tem muita gente que quer passar pro nosso lado” (Roberto, técnico, em 13/09/02).

“[...] no momento que você chega no PA e o cara, até pra se separar da mulher ele pede a tua opinião... Você tem que se vestir legal, ser respeitador, tem que se sentir familiar. Eu tenho sentido isso aqui nos PAs que eu trabalho, eu me sinto mais como se eu fosse da família do cara. o cara chega e diz: “Antonio, a minha filha vai casar...”, até isso eles procuram, a gente tem que mostrar aquele moral e dar o exemplo.” (Antônio, técnico, em 19/09/02).

Os discursos refletem a diversidade de representação do próprio papel, ou antes das características percebidas como do “bom profissional” no novo contexto de ATER. Uma análise mais estrita poderia identificar “tipos de técnicos”: o militante, o tecnicista, o amigo. porém estas representações não necessariamente se excluem ou escapam de incorrer em contradições. O mesmo técnico pode apresentar estas diferentes facetas, o que apenas corrobora com a hipótese de estarem estes profissionais sujeitos a conflitos de representações diversas, oriundas tanto da sua socialização primária e/ou inculcadas nas escolas profissionalizantes quanto das novas demandas de competência (por consequência do novo perfil); demandas estas difusas e também conflitantes entre si, advindas de diversas fontes: STRs, INCRA, MDA e intelectuais. Como se tem discutido no decorrer deste trabalho, esta diversidade de fontes favorece tentativas de constituição de um perfil profissional mais adaptado às necessidades da agricultura familiar, já que os agricultores têm a oportunidade de influenciar mais forte e diretamente do que ocorria na EMATER, quanto para os próprios

profissionais, que têm a oportunidade de serem sujeitos construtores da sua própria identidade, e não simplesmente instrumentos de engenharia social. Considerados, porém, os problemas já citados da formação e socialização causam conflitos no decorrer da construção desta identidade.

Elemento muito forte também é o contato com a realidade do agricultor, o que despertaria a “sensibilidade” do técnico e colocaria em cheque as premissas de intervenção inculcadas na sua formação, baseadas em uma visão puramente produtivista da agricultura. A realidade do agricultor familiar da fronteira agrária, com os seus condicionantes, colocaria, então, para esses técnicos, problemas que não se resolveriam conforme o paradigma produtivista e suas ferramentas, tornando necessária uma abertura para formas alternativas de intervenção e mesmo a atenção para fatores nunca mencionados na formação, como os culturais e sociais.

“Essa parte que eu tô te falando [social], a gente aprende na rotina... uma coisa é você fazer um curso de PDA, com pessoas recém-formadas, que não sabem nem a realidade do assentamento, outra coisa é você dar um curso desses pra quem já tá trabalhando em cima disso, que conhece a região, que sabe como atuar, sabe como chegar, isso não ninguém, você vai aprendendo no dia-a-dia...” (Roberto, técnico, em 13/09/02).

“[...] outra coisa eu acho que todo mundo usa aquilo ali [metodologias que consideram outros fatores que não somente os técnicos] eu fui formado nos moldes antigos, mas mesmo assim eu acho que é uma questão de sensibilidade, você diz: você foi formado assim, concordo que foi, mas lá no campo a gente vê que a gente não aplica com a gente foi formado, a não ser que você chegue num PA e você for um garotão.” (Antônio, técnico, em 19/09/02).

É porém comum a todos o discurso de ser eficiente na melhoria das condições de vida do agricultor e isto, na sua representação, está intrinsecamente ligado à melhoria da eficiência técnica do agricultor. Infere-se, destarte, que o âmbito técnico é a base, ainda, da busca por reconhecimento deste profissional pela e para a agricultura familiar, conforme se verifica nas definições dadas pelos extensionistas.

“[o técnico é] aquele profissional da área do campo que tem que levar conhecimento”. (Antônio, técnico, em 19/09/02).

“[...] por isso que eu digo que é melhor o técnico ser humilde, chegar colhendo informação, no momento que você chega colhendo informação, nunca você tem esse atrito, eu mesmo nunca tive este atrito, nem aqui nem no Piauí [estado], agora a gente nota algumas discussões do agricultor com técnicos quando o técnico chega dizendo muita coisa, então é melhor você ir colhendo informações, pegar um pouquinho do que ele sabe, é questão de vivência de campo, se eu sou bem imaturo, se eu chegar já... isso é só o dia-a-dia que ensina a gente... então a gente chega meio matuto, meio sem saber das coisas e aí você vai chegando e ele vai te dizendo como é que cria porco, você vai entrando devagarzinho, então o produtor nunca vai discutir contigo... se ele cria porco e eu vou dizer que ele tem que criar assim, já vai criar um atrito...” (Antônio, Técnico, em 19/09/02).

Este último exemplo de discurso exemplifica uma outra característica muito alegada, que é o que eles classificam de “humildade”, ou seja, o cuidado de não tomar atitudes que possam dar ao agricultor a idéia de superioridade do técnico. Esta característica pode ter nuances: tanto pode ser vista por uns como um modo de simplesmente “dourar a pílula”, ou seja, criar certa atmosfera que aumente a receptividade do agricultor aos argumentos técnicos, como na acepção de outros é o elemento chave para a criação de um clima de diálogo.

Outro elemento forte no discurso dos técnicos acerca de seu papel é a questão da militância. A grande maioria revelou simpatia por partidos de esquerda, porém apenas um declarou filiação a partido político, todos com exceção de um (o filho de fazendeiro que trabalhava para a EMATER) declararam simpatia pelo Partido dos Trabalhadores (PT). É unânime a afirmação da necessidade do técnico não fazer militância ostensiva enquanto atua no assentamento como extensionista. Isto é alegado por causa da predisposição contrária ao técnico (e ao que diz) que haveria por parte de agricultores que tivessem outras opções partidárias. Este cuidado é geralmente estendido a todas as questões que possam despertar conflitos semelhantes, como time de futebol e religião. Há certo cuidado em parecer neutro nestas questões, o que não significa que não cogitem discuti-las, mas que não as estimulam.

“Acho que atrapalha [a militância], mesmo porque esta questão de religião, de partido, isso atrapalha, futebol... [...] a pessoa que quer ser militante tem que trabalhar em outro setor, e não com técnico, profissional da área do campo que tem que levar conhecimento, porque cria aquele

atrato... acho que deve ter coerência, se te perguntarem sobre isso tu leva isso pro assunto, mas se não perguntar, porque que você vai levar isso pra ele, mas se não perguntar não tem por que, ai tu vira as costas e ele vai te jogar pedra..." (Antônio, técnico, em 19/09/02)

No caso da COPSERVIÇOS, que tem grande contato com o movimento sindical, a questão da militância aparece com maior frequência no discurso e muitas vezes revela conflitos entre a concepção de militância dos técnicos e a do movimento sindical. Os técnicos corroboram o discurso dos sindicalistas quanto a questões gerais de políticas públicas para a agricultura familiar e assumem que faz parte de seu papel esclarecerem questões referentes a este âmbito, porém não concordam em fazer propaganda política de candidatos ao mesmo tempo em que estão nos assentamentos prestando serviços de ATER, mesmo que estes candidatos sejam portadores de discurso favorecedor à agricultura familiar.

"Assim como existe aqui dentro da cooperativa e dentro de qualquer entidade, sempre tem pessoas que puxam para um lado ou para outro, existe também dentro do assentamento, e a gente tá ali não tem nada a ver com partido, a gente tá ali para encaminhar o projeto." (João, técnico, em 13/08/02).

"Você enquanto profissional você deve ser neutro, não adianta você dizer pro pessoal, olha vocês não têm estrada aqui porque o prefeito não presta, o estado, porque o meu candidato vai mudar, tu tá impondo uma coisa pro cara, tu sabe que não é verdade, todos os homens são falhos, independente da sua linha de pensamento" (Roberto, Técnico, em 13/09/02).

"[...] se o cara atua só como técnico, não importa se o cara é PT, PSDB, [dirigindo-se a um hipotético agricultor]: "senhor, a nossa finalidade aqui é prestar assistência técnica, digam a sua demanda e a gente vai cumprir essa demanda, a questão política, a gente pode marcar outra data, em outro local, até mesmo porque existem divergências políticas aqui dentro", mas se ele (o técnico) for fazer as duas coisas ele vai ficar mal no assentamento, a relação se estagna e uma hora vai romper, e até vai sair do ramo..." (Pedro, técnico, em 26/09/02).

Como se nota nos discursos acima, este cuidado em não confundir o papel de técnico com o de "cabo eleitoral" está calcado principalmente na percepção e respeito por parte dos técnicos, à heterogeneidade político-partidária que percebem existir nos assentamentos, e na constatação que uma posição de parcialidade pode conduzir a dificuldades de relacionamento com os agricultores que não comungam da posição político-partidária externada pelo técnico, o que findaria por dificultar o diálogo. Por outro lado os sindicalistas tentam usar a autoridade dos técnicos e a penetração nos assentamentos para fortalecer suas bases e ao mesmo tempo

legitimar suas posições de liderança no movimento sindical.

Este conflito não se resolve de forma fácil, e é maior quanto maior for a dependência financeira da prestadora de serviços com os sindicatos. A COPSERVIÇOS, ao contrário de outras prestadoras que buscam fontes de financiamento outras que não as que passam pelo controle das organizações de agricultores, optou por somente ser financiada pelo dinheiro público, o que aumenta esta dependência. Este controle social exercido pelos agricultores, na nossa avaliação, é fundamental para uma ATER mais efetiva, porém devemos lembrar os problemas da representatividade, ou seja, quem acaba influenciando no papel do técnico são os dirigentes dos sindicatos, e não propriamente os agricultores da base, o que concorre para que estes dirigentes tenham uma visão de “técnico-objeto”. Também concorre para a complicação deste conflito o fato do modelo de ATER existente na região ser muito recente, e portanto as definições dos papéis das instituições envolvidas não estarem ainda bem definidos.

6.4 REPRESENTAÇÃO DO AGRICULTOR E DA AGRICULTURA FAMILIAR

Os extensionista vêem seu público como sendo integrante do que se convencionou chamar de agricultura familiar. Não é nosso objetivo discutir este termo, apenas verificar quais os contornos que assume na representação dos técnicos. O termo é adotado no discurso dos técnicos de maneira semelhante à do discurso das lideranças do movimento sindical. No linguajar do dia-a-dia os termos mais utilizados são “agricultores” e “assentados” nesta ordem de importância, e menos freqüentemente aparecem os termos “colonos” e “pequeno agricultor”.

A agricultura familiar é sempre vista como a principal provedora de produtos consumidos localmente, notadamente os que compõem a base alimentar (como o arroz, feijão e farinha de mandioca) e como absorvedora de mão-de-obra, o que reduziria o êxodo rural.

Daí provém a alegação de sua importância para o desenvolvimento brasileiro notada pelos técnicos. É também vista como relegada a um segundo plano pelas políticas públicas.

A representação presente da agricultura familiar nasce tanto da influência de formulações de intelectuais quanto da vivência do técnico com a realidade. Esta realidade, com toda a sua precariedade, tem grande impacto sobre a autodefinição do papel do técnico, já que parece levá-lo a ver o real como não satisfatório em relação a um ideal construído baseado na visão compartilhada pela sociedade do que seria um agricultor bem sucedido.

“Do ponto de vista da finalidade, acho que é uma coisa bastante válida, porque hoje, 70 % do que você consome ainda é parte da agricultura familiar... e também tem as desvantagens na questão da estruturação, que ainda é pouca, para a agricultura familiar, ainda não é tratada ainda como deve ser. A gente que trabalha vê. Tem muitas coisas que botam a culpa no produtor, dizendo que ele é analfabeto, mas ele não é analfabeto em determinadas coisas, até porque pra plantar roça tanto faz você ser estudado ou analfabeto... [...] falando com o agricultor, o técnico sente a necessidade de ser humilde, até mesmo porque o agricultor é humilde, 70% é analfabeto, ele já joga de cara logo para você que não sabe ler, é como se ele colocasse nas suas mãos, pra você ser o gestor das idéias dele.” (Pedro, técnico, em 26/09/02)

“Porque muitos são desacreditados, já por natureza, que nunca vai dar certo, nunca vai acontecer nada, e sempre que... acho que... a eles conseguem quando vamos pra lá, que fala com eles, que repassa alguma coisa, eu acho que eles se estimulam mais...” (Ricardo, técnico, em 26/07/02).

O discurso do técnico que possui uma origem da classe média e com experiência na EMATER parece ter este ideal melhor definido e sua tarefa, como a define, consiste em transformar o agricultor em um empresário rural, onde os que não têm capacidade empreendedora não teriam lugar. Reflete uma maior absorção de categorias utilizadas no discurso oficial como o de empreendedor rural.

“O meu produtor, ele não é tão atrasado, tão rude, quanto está sendo pregado que ele é, [...] a partir do momento que você parar de pensar ele como agricultor rural, e começar a pensar que, como ele está em um estabelecimento e é extremamente produtivo em nível de conhecimento técnico, ali você consegue tirar várias coisas, você passa a encarar essa figura como um empresário rural [...] de 100 produtores de um PA, 40 % conseguem o êxito, através dos programas do governo, através da experiência dele... 30 %, tu trabalhas para chegar ao êxito dos outros 40 %, 30 % vão sair do sistema, porque não vão dar conta de concorrer com os 70 que você está trabalhando. Isso na prática funciona, e tu dizes e esses 30 %, o que vai acontecer com eles? Eles vendem a área vão para outra área, e vão para outra área e vendem de novo. Conheço famílias que já passaram por não sei quantos PAs, e outras que começaram junto com eles e hoje têm 240 cabeças, de fêmeas, e tu chega lá e eles tão bem assim na rede...” (Roberto, técnico, em 13/09/09).

A representação de agricultura familiar, desenvolvimento rural e do ideal de agricultor também varia bastante, e aqui se nota uma grande interferência da história de vida dos técnicos, tanto em função da origem, se filho de agricultores familiares ou não, e também da vida profissional.

Sintetizando o item 6, convém relembra alguns pontos antes de continuarmos a análise. O primeiro ponto é que fica claro que os técnicos têm diferentes maneiras de ver a relação entre eles e os agricultores. É possível identificar várias auto-representações neste âmbito: o técnico amigo, o técnico tecnicista, o técnico engajado. Estas representações por vezes tão diversas podem mesmo coexistir no discurso do mesmo técnico, o que demonstra sobretudo o fato de não haver demandas claras quanto ao perfil desejado deste técnico. Somente em pontos mais gerais é possível identificar uma homogeneidade de discurso: todos concordam que é importante ouvir o agricultor, porém não conseguem identificar nem o como fazer isto de forma efetiva, nem o que fazer com isso depois, ou seja, como estabelecer um diálogo e aceitar opiniões e acolher o que muitas vezes *a priori* tomam como, no mínimo, inocentes (sua formação o leva a isso); e depois o que fazer com esta opinião: será que ouvir o agricultor serve apenas para mostrar-se interessado criando um clima de animosidade para poder repassar seus saberes?; ou talvez para refutar estas opiniões as substituindo pelas suas?. O fato é que mesmo se conseguirem de fato dialogar com os agricultores, a opinião destes não encontra lugar no perfil profissional construído atualmente na maioria das instituições de formação.

Um ponto que pode ter grande importância para a construção da identidade profissional e do perfil de técnico ideal seria as distintas estruturas das diferentes prestadoras de serviços. E aqui o trabalho tem uma lacuna sobre a qual, mesmo assim, nos permitiremos

fazer algumas considerações. Esta lacuna é o fato de não ter sido possível entrevistar os técnicos da Extensão Amazônia que trabalham por contrato temporário, mas apenas os que são sócios da entidade, e, portanto, não podem interferir na construção de sua identidade profissional. Vários fatores diferenciam uns de outros, o primeiro e principal é que os que são sócios podem efetivamente interferir na construção de suas próprias identidades profissionais, já que têm poder de voz e voto nas assembleias, coisa que os não-sócios não podem fazer; outro fator é que os não-sócios não se sentiriam tão interessados na construção e manutenção da entidade e portanto não sentem a necessidade de investir em um discurso e comportamento mais alinhados com o que é demandado pela sociedade, favorecendo uma cristalização da identidade profissional.

No caso dos associados e cooperados nota-se claramente que, apesar de não conseguirem formular um discurso específico acerca da relação técnico/agricultor, percebem claramente a necessidade de fazerem um esforço de reconstrução e recondução de seus discursos e comportamentos, e por consequência de seu perfil profissional, para melhor se adequarem as demandas emanadas pelas organizações de agricultores, órgãos estatais, órgãos de pesquisa ou qualquer outra entidade que tenha influência sobre as profissões ligadas ao “extensionismo”.

7 ATUAÇÃO DO TÉCNICO E REPRESENTAÇÃO DO TÉCNICO PELOS AGRICULTORES

Antes de iniciar a análise do modo de representação do técnico por parte dos agricultores e da prática verificada nos acompanhamentos de campo, é necessário esclarecer as atividades que estes técnicos desempenham e o contexto em que isto ocorre.

O INCRA financia no máximo três anos a ATER no assentamento, a partir do que considera-o “emancipado” (informação verbal)²⁴, sendo papel então do técnico formar da melhor forma possível o agricultor para os desafios da emancipação. Esta tarefa se dividiria em três frentes:

- Formar o agricultor, ou seja, dar-lhe as ferramentas que possibilite melhor gerenciar sua produção e capacitá-lo para avaliar o meio socioeconômico em que está inserido e nele intervir de forma eficiente;
- Colaborar para uma estruturação mínima do assentamento (construção de escolas, estradas, postos telefônicos);
- Colaborar para a estruturação dos estabelecimentos individualmente de forma a se auto-sustentarem do ponto de vista produtivo.

Destes pontos o primeiro e terceiro dizem mais respeito à esfera de competência técnica do técnico: o primeiro mais na interface homem/sociedade e o terceiro mais na interface homem/natureza. No primeiro o técnico julga como referente ao aspecto técnico apenas as ferramentas com as quais pode capacitar o agricultor, como as da contabilidade, de noções de comercialização e princípios associativistas, (portanto as que fazem parte do currículo no qual foi formado), sendo as questões políticas relegadas ao âmbito do que eles denominam como “social”. Já o terceiro ponto está baseado completamente nas competências técnicas dos técnicos e, na prática, dependem quase sempre do PRONAF-A, que é o meio

²⁴ Informação de entrevista concedida pelo funcionário do INCRA encarregado da Comissão de Gestão.

mais efetivo de “bancar” esta estruturação inicial do lote.

Os técnicos da COPSERVIÇOS dividem-se basicamente em grupos de atuação no PRONAF-A e PDA. Esta divisão não é rígida, sendo que podem vir a atuar tanto numa área quanto na outra, dependendo da demanda de trabalho.

- PDA

A prestadora de serviços é contratada pelo INCRA para fazer planejamento do desenvolvimento do assentamento. Este planejamento tem o objetivo de levantar a condição atual do assentamento nos diversos aspectos (físico, social, econômico), com suas restrições e potencialidades, e com base nisto elaborar um planejamento para os próximos 20 anos.

A sua primeira etapa consiste em um diagnóstico, no qual os técnicos vão a campo recolher informações por meio de questionários pré-elaborados e, após análise dos dados e redação de um relatório, é realizada uma restituição aos agricultores para o cotejo com suas opiniões. Na segunda etapa os técnicos coletam todas as propostas dos assentados para o desenvolvimento do PA, tanto no que diz respeito aos benefícios (pretendidos) coletivos, estradas (quantos quilômetros e onde), eletrificação e escolas; quanto no que se refere aos projetos individuais para obtenção do PRONAF-A (quais culturas pretendem plantar etc.).

As propostas passam então pelo crivo dos técnicos da prestadora de serviços que as reelaboram baseados na avaliação da sua viabilidade técnica-econômica-ambiental destas. Neste período todos os técnicos estão na cidade para reunir o máximo de competências para a análise das propostas. Conforme a maior ou menor especialização de cada um são formados grupos de análise (um grupo para o gado, outro para pequenos animais etc.).

Em seguida os projetos são apresentados aos agricultores com as respectivas

avaliações (índices como custo de implantação, renda provável, limitações de solos do PA em relação a cada cultura, mão-de-obra necessária e possibilidades de comercialização) para as apreciações dos assentados, negociação e definição final do PDA.

O próximo passo é a redação final do plano que será entregue ao INCRA, durante este período os técnicos passam a maior parte do tempo em Marabá, na sede da instituição.

- PRONAF-A

O PRONAF-A está intimamente ligado ao PDA. As propostas são definidas no segundo passo do plano onde são determinadas as atividades a serem financiadas e ocorre a negociação coletiva objetivando constituir módulos de produção que tenham certa coerência, para facilitar a compra de insumos e a comercialização. Estes módulos são baseados em uma tipologia realizada na região pelo LASAT.

O segundo passo do PRONAF é a reunião para decidir o que cada agricultor preferiria financiar. A equipe neste momento já está com a lista das pessoas que estariam aptas a receber o financiamento, lista esta fornecida pela FETAGRI que por sua vez escolhe as pessoas dentre uma lista maior que cada presidente de associação faz. Também é neste momento que é realizada a vistoria em cada um dos lotes dos assentados que requerem o financiamento, a fim de verificar se há condições para a implantação da atividade pretendida. Por exemplo: se o agricultor escolhe gado e peixe a verificação é para saber se este possui pasto na quantidade suficiente para o número de reses pretendidas e se o terreno do seu lote favorece a construção de açude e se há água para tanto. É também neste momento que se dá a coleta de dados individuais dos assentados para os trâmites administrativos e avaliação da viabilidade do projeto.

Esta avaliação constitui o terceiro momento do PRONAF-A, onde os dados são postos em uma planilha fornecida pelo BASA a qual faz automaticamente a avaliação da viabilidade econômica a partir da entrada de dados básicos no sistema. Não são poucos os casos em que o técnico altera propositalmente os dados de entrada caso a planilha não ateste como viável um projeto que ele assim julga.

Após a liberação do recurso os técnicos encarregam-se de dar a assistência às atividades pretendidas pelos assentados, tanto no âmbito da orientação técnica como pelo acompanhamento da compra de gado, construção de açudes e compra de alevinos, pintos e insumos. Nos casos acompanhados a decisão dos detalhes como raça dos pintos, local de compra dos alevinos e insumos é tomada somente pelos técnicos, que por sua vez sofrem as restrições impostas pelas diretrizes do BASA, tais como o fato da compra de insumos só poder ser realizada nos estabelecimentos comerciais cadastrados no BASA e a compra dos animais somente poder ser feita se o vendedor atender a critérios como registros nos órgãos competentes, atestados de vacinação e guias de trânsito.

Após a implantação os técnicos realizam visitas de avaliação do andamento dos projetos. Embora os técnicos aleguem que não é sua função fiscalizar os projetos, é isto que ocorre nesta visita, já que são obrigados a preencher relatórios para o BASA indicando como o agricultor está desenvolvendo o projeto. O BASA, por sua vez, utiliza estes relatórios como parâmetro para a liberação ou não das parcelas restantes do financiamento, ou mesmo a cobrança imediata do valor já cedido, caso este relatório demonstre que o agricultor não está desenvolvendo o projeto como previsto. Foram acompanhados diversos casos em que o assentado, após 2 anos do financiamento, já havia se desfeito de mais da metade das reses bovinas financiadas, ou que não havia preparado as instalações para receber suínos, por

exemplo. Em um dos casos (PA Benfica, município de Itupiranga) o assentado não cumprira parte das atividades que deveria, incluindo as instalações para os porcos e os tratos culturais do café. Ele culpa a orientação dos técnicos pela dificuldade que estava tendo nos tratos culturais do café e percebia, com base na avaliação de projetos de suínos de vizinhos que haviam fracassado (também realizados pela COPSERVIÇOS), a inviabilidade técnica da criação de suínos naqueles moldes.

“Esse café... o meu projeto era como você aconselhou [refere-se ao técnico com o qual conversa]. Mas se eu tivesse seguido meu projeto talvez tivesse sido melhor, porque nós plantamos esse café a 3 por 3... ele nunca vai fechar, é uma cova ali e outra bem acolá, se fosse plantado de 2 em 2, teria sido menor a terra... o mato toma e não tem como cuidar, além de ser mais terreno pra limpar, mas não é por isso que a gente vai discutir, que não tem como... [...]. Eu vou parar nisso mesmo [referindo-se à criação de porcos], que se eu tivesse feito na época e tivesse dando futuro que os dos outro também não deu, já tinha como eu apurar alguma coisa, já tá fazendo dois anos, não é?, mas agora... eu já tô com a conta aí na porta pra eu pagar, tenho que descobrir outra coisa para pagar esta conta. Já que eu vou pagar mesmo de outra coisa, vou parar com isso, porque esses porcos nosso, se nós trouxesse, é só despesa... porque eu vejo os outros aí com a força na garganta pra dar comida pra esses bichos...” (agricultor, em 26/09/02. Conversa dos técnicos com o referido agricultor).

Nota-se que a participação do agricultor na elaboração do projeto ficou no âmbito apenas da decisão do que seria financiado²⁵. Os detalhes técnicos ficaram todos por conta dos técnicos²⁶. O caso da criação de suínos é lembrado por grande maioria dos assentados entrevistados como um exemplo de atividade que não deu certo. A principal alegação é que os porcos são de raças que consomem muito e são muito seletivos no tipo de alimentação, raramente consumindo os produtos mais abundantes nos estabelecimentos, como a mandioca, por exemplo. Quando consomem, ainda é o que não deveriam: as galinhas.

As atividades com potencial comercial do estabelecimento agrícola, ou seja, as que

²⁵ A elaboração ocorreu há dois anos, portanto não se realizou nos moldes verificados atualmente, mesmo assim os técnicos afirmam que a vontade do agricultor era respeitada no tocante à decisão das atividades.

²⁶ Os detalhes técnicos do PRONAF-A, a partir de 2000, passaram a ser decididos em fóruns de debates realizados pela Câmara Técnica, para os quais são convidadas diversas instituições, entre elas as prestadoras de serviços e o BASA. Nestas reuniões o BASA coloca algumas condições como a vetação de algumas atividades que são julgadas de risco naquele período (a cultura de café foi vetada em 2000 devido à perspectiva de queda de preços no futuro, segundo avaliação do BASA), porém detalhes como a raça dos animais são decididos nestes fóruns.

não visam a simples subsistência, seriam, pelo discurso dos agricultores, aquelas onde eles estariam mais abertos à intervenção técnica, por serem geralmente atividades em que eles não teriam experiência. Porém o que poderia se tornar um campo de diálogo mais efetivo na verdade não parece acontecer. O agricultor neste caso aceita as orientações mesmo que tenha alguma divergência e não a expõe quando da realização do crédito, talvez com receio de que isto vá impedi-lo de acessar o crédito e por outro lado por acreditar que isto responsabilizaria o técnico pelo risco da atividade.

“[...] deveriam ir mais nos lote [os técnicos], pelo menos uma vez, já que você faz um projeto e você é um cara leigo, não entende nada de projeto... e vai pagar o técnico, porque isso aí ele recebe, nós que pagamos isso para eles, aí eu acho que eles deveriam, pelo menos um vez por mês, passar nos projetos. Porque uma vez que a gente paga o técnico o banco financia, mas só se tiver acompanhamento técnico, se não tiver não financia, a não ser que ele entre com o título e faça um financiamento individualmente.... mas já que é acompanhamento técnico, se tiver algum descontrole, quem vai assumir aquela dívida, é quem recebeu o crédito ou é o técnico? eu acho que é responsabilidade do técnico, que o cara vai fazer de acordo com que o técnico ensinou ele, agora se der errado, quem vai assumir, no meu modo de pensar, é o técnico, e eu não tô vendo acompanhamento técnico não, não vou mentir, vou falar a verdade, eu não tô vendo nada...” (agricultor, em 27/09/02).

“Não, no caso de trabalhar com esses animais [porcos da raça Landrace] tudo bem, porque eu nunca trabalhei, mas no caso de agricultura, essas coisas, não sentia falta não...” (agricultor, respondendo à pergunta se sentia falta de assistência técnica, em 27/09/02).

Recentemente os técnicos da COPSERVIÇOS têm buscado reajustar estes projetos de modo a torná-los mais eficientes. Fazem isso a partir de sua avaliação dos erros cometidos no passado. Buscam agora utilizar raças mais rústicas nos projetos. Um caso que já se tornou famoso, e que mostra o desajuste dos primeiros projetos com relação às condições do agricultor, é o de um agricultor que, comparando as condições das instalações construídas para os porcos com o dinheiro do financiamento e as de sua casa, optou por trocar de moradia com os porcos, utilizando a pocilga como casa e alojando os porcos em sua antiga casa. A partir de casos como este os técnicos estão buscando flexibilizar as exigências quanto às instalações e optando por alternativas mais rústicas. Neste ponto os técnicos sofrem a restrição do BASA, cujos técnicos farão a vistoria às instalações antes da liberação do

dinheiro para a compra dos animais, o que obriga os técnicos a chegarem a um equilíbrio entre a diminuição de custos com a instalação pela utilização de materiais do próprio lote e as exigências do BASA.

A visão produtivista da agricultura está presente tanto no técnico como no agricultor, com a diferença que este último tem uma visão mais global da situação, se questiona sobre todo o processo e principalmente para onde irá a produção excedente alcançada com os métodos mais eficientes aconselhados pelos técnicos. Não que o técnico não tenha consciência disto também, porém trata o fato como se não fosse problema dele, mas sim de outra instituição, seja ela o sindicato ou entidades específicas para este fim. Além do mais ele recebe para fazer projetos, sem o que não teria função, e os realiza de acordo com o que aprendeu e com os critérios do BASA, aplicando o que considera que seja o mais eficiente, ou seja, em geral técnicas que visem a maximização da produção.

”[...] Eu falei assim pra eles: ‘Raimundo, o que que eu faço? eu vou chegar aqui com os ovos nas costas? sei lá se eu chego até aqui com eles, pode ser que quebram tudinho na estrada. Pra quem diabo que eu vou vender isso? Vou para Marabá com esses ovos na cabeça...’ eles disseram: ‘vamos localizar um meio, como é que vamos fazer...’, mas se eu peguei o financiamento do banco, e tô produzindo, e eu tenho que conseguir dinheiro pra o dia que chegar o banco eu tenho pra pagar. Porque o banco deu pra eu produzir e pagar... eu sou teimoso, vai produzir... Uma cooperativa dava impulso pra gente produzir, eu produzo só o de comer mesmo, que que adianta eu produzir mais?” (agricultor, em 27/09/02, falando acerca da pergunta que fez aos técnicos sobre a comercialização dos ovos de galinhas poedeiras que havia financiado).

A atuação dos técnicos nas reuniões de negociação dos PDAs acompanhadas não varia muito, e funciona de acordo com os métodos aprendidos nas reuniões de capacitação. A abertura dos técnicos ao diálogo se dá como se estivessem fazendo o que a cartilha manda, com variações de maior ou menor grau de acordo com as idiossincrasias. A maior abertura para o diálogo é de um técnico que tem um histórico de vida fortemente ligado às lutas sociais desta região e formação em ciências humanas. Todavia este extensionista se ocupa mais das questões não-técnicas, deixando os assuntos técnicos para os outros extensionistas. Estes,

quando contestados em relação a aspectos técnicos, geralmente se fecham nas suas convicções. Não que não ouçam a opinião do agricultor, mas empreendem grande esforço no sentido de validarem suas posições técnicas como as corretas. Um questionamento sobre um detalhe técnico é tido como ponto que necessita mais esclarecimento, e não tomado como passível de ser correto. As propostas são colocadas em discussão apenas para se rejeitar ou aceitar ou escolher uma dentre duas semelhantes, porém os detalhes técnicos de cada uma não são postos em discussão, como o custo de implantação, raça dos animais e tipos de insumos.

A representação que têm os agricultores do papel do técnico geralmente passa pela ajuda que estes possam dar no melhoramento de seu sistema produtivo. Pouquíssimos são os casos de agricultores que lhes atribuem papéis não técnicos, como ajudar na aquisição de telefone público. Isto não está de acordo com o que os técnicos e principalmente os dirigentes da COPSERVIÇOS alegam como maior trunfo para a maior abertura do agricultor para o diálogo, que seria o fato de estes os considerarem “companheiros de luta”. Na verdade os únicos agricultores que se enquadrariam nisso são os presidentes de associação e demais representantes do movimento sindical, isto talvez ocorra por estes agricultores terem sua identidade diferenciada da do agricultor não engajado, pois a construíram no sindicalismo.

8 DISCUSSÃO

O discurso presente nos documentos e no discurso dos dirigentes referente à relação técnico/agricultor é, em linhas gerais, homogêneo. Expressões do tipo “ouvir mais o agricultor”, “deixar ele falar mais”, “eles conhecem mais que a gente” são comuns em todas as três prestadoras de serviço analisadas, isso decorre das obrigações contratuais impostas pelo INCRA, que de certa forma procura, por meio de mecanismos como a estrutura de construção do PDA, levam as prestadoras de serviço e técnicos a buscar a participação do agricultor.

Para o técnico, ver-se como o defensor dos PAs nos quais atua é um dos fatores de definição da identidade profissional: a realização profissional passa por verem o local em que estão atuando “desenvolver-se”, isso afirma e confirma sua capacidade profissional. Esse “desenvolver-se” tem duas facetas, a primeira tem a ver com sua visão do que é melhor do que a situação anterior, a segunda tem a ver com a visão que foi-lhe inculcada por um lado a partir da idealização do “produtor bem-sucedido” presente na sociedade e na mídia, e por outro lado em relação à própria condição da primeira socialização e história de vida da maioria dos entrevistados.

É possível observar, no discurso do técnico acerca da sua função, que a representação sobre seu papel profissional torna-se bastante diversa quando é levado a melhor defini-lo. A diferença de história de vida e posição política (não só no sentido de opções políticas diferentes, mas também no grau de envolvimento político-partidário) não parece ter grande influência sobre seu discurso. “Ouvir o agricultor”, “deixar que ele decida”, “ser humilde” são expressões frequentes no discurso e que definem aspectos relevados como de grande importância para o bom extensionista, mesmo nos casos em que o extensionista tem pouca ligação com o movimento sindical ou relega-o a um segundo plano. Isto acontece em função

da percepção que têm acerca do perfil desejado pela sociedade no momento, mas também por perceberem que a eficiência da sua atuação depende (traduzindo-se em resultados efetivos de melhoria das condições produtivas do estabelecimento) do comprometimento do agricultor com o sucesso do projeto, e este só pode ser conseguido se tal projeto obtiver a aquiescência do agricultor aos conselhos do extensionista.

Apesar da aparente aceitação das metodologias “participativas” no seu discurso, esta noção geralmente não alcança o discurso específico sobre inovações técnicas, ficando apenas no âmbito do “social”, termo que utilizam para definir tanto as atividades não estritamente técnicas da sua ação como o contato com os agricultores que ocorre quando, na sua concepção, não estão atuando como técnicos.

A identidade profissional, por mais que se criem mecanismos por intermédio das associações de profissionais para perenizarem-na e enfatizar a necessidade dos serviços por ela prestados, está sempre circunscrita ao contexto (espacial, temporal, social) em que está inserida, de forma que a primeira atitude ao estudá-la é não considerá-la fixa. É o que nos mostra o exemplo de diversas profissões extintas em decorrência de inovações tecnológicas e outras mudanças, como o acendedor de lampiões, o caixeiro-viajante etc. (AUED, 1999). As mudanças sociais, antes de conduzirem à extinção de uma profissão, conduzem os profissionais a contínuos ajustes às necessidades novas que se impõe, ou mesmo os força a buscar competências em campos antes não abrangidos por ele, desde que, é claro, as imposições das mudanças sociais não sejam de tal modo imperativas que impeçam qualquer manobra de ajuste, como no caso dos acendedores de lampião.

No caso dos técnicos estudados uma observação se impõe: o contexto em que estão inseridos, o qual condiciona sua identidade profissional. Outro condicionante, de ordem

política, é que a ATER em que este técnico atua é restrita aos assentamentos em fase de implantação, ou seja, não é possível extrapolar as conclusões quanto à identidade deste profissional para a “agricultura familiar” de forma geral, já que são específicas as condições em que atuam e principalmente pelo fato das políticas públicas apenas financiarem a prestadora de serviços por três anos no máximo para a ATER. Da mesma forma o PRONAF-A, ao qual a ATER fica condicionada, não alcança muito mais que três anos de duração. A partir daí este assentamento “emancipado” ficaria, no que se refere a ATER, a cargo ou das possibilidades do agricultor conseguiu-la individualmente atrelada a outras linhas de financiamento, ou pagando-a, ou ainda recorrendo à EMATER.

O que aparece nos discursos dos extensionistas é que o tipo de técnico que fora formado para trabalhar em empresas agropecuárias ou na extensão condicionada à venda de determinados produtos (agrotóxicos, adubos, medicamentos), ou seja, que tinha apenas competência na esfera técnica, não encontra mais espaço no mercado de trabalho da nova ATER. Este tipo de discurso tem influência de fatores como a crítica de intelectuais e ONGs à atuação (do profissional da “antiga ATER”) que eles consideravam “autoritária”, e à conclusão, explícita ou não, que isto decorria de ser uma atuação tecnicista, mas também das influências dos fatores locais, o principal deles sendo a precariedade dos assentamentos em quase todos os aspectos: infra-estrutural e organizacional, sobretudo. O processo de aprendizagem, por parte dos agricultores, de novas relações com o mercado para entender a tarefa que é atribuída e que se auto-atribui o técnico: que é a de fazer com que “ele aprenda contabilizar, que ele aprenda negociar, a saber onde é que tem comércio, como se busca resposta, que aprenda como é que eles estão se inserindo na sociedade. A lógica é fazer com que eles sejam auto-suficientes nestes aspectos e tal” (Paulo, técnico, em 08.02).

A identidade profissional, por mais que tenha que ser “camaleônica” se adequando às mudanças sociais, busca fixar sempre quanto mais aspectos possíveis, a fim de configurar um mundo possível onde o sujeito da identificação consiga se relacionar com o meio envolvente a partir daí, o que reuniria fatores desde a possibilidade de remuneração e uma relativa segurança em relação a esta remuneração, como o reconhecimento profissional de sua competência perante seus pares e os outros sujeitos: clientes, pacientes, agricultores, entidades ligadas à área.

Impõe-se uma questão quando tratamos da identidade profissional do “extensionista”, que é o fato da tarefa que lhe é atribuída e que ele se auto-atribui ter, em grande parte, caráter fugaz. Se o técnico tem que fazer com que o agricultor se emancipe nas questões não-técnicas, significa dizer que o sucesso na empreitada anula a necessidade dele próprio, do extensionista, neste âmbito. Restaria ao técnico, neste novo mundo de agricultores familiares emancipados, fazer valer sua necessidade justamente nas questões técnicas.

Diferente do médico, por exemplo, que se vale do maior conhecimento sobre o corpo do paciente (que o próprio paciente não tem) para fazer valer sua autoridade, e esta é a premissa que lhe dá autoridade, o extensionista tem que tratar acerca de assuntos nos quais os consumidores dos seus serviços têm um conhecimento bastante grande, embora não científico. O fato de seu próprio conhecimento ser científico é o que lhe dá o respaldo e a realização profissional. Diferente do médico que coloca logo a autoridade sobre o desconhecido a seu favor, o técnico não pode fazer isso.

9 CONCLUSÃO

A configuração institucional da mesorregião Sudeste do Pará tem evoluído e se modificado de forma extremamente dinâmica. Verifica-se, atualmente, um quadro institucional bastante confuso, porém este quadro também representa um grande avanço no que se refere à participação dos agricultores organizados nas decisões referentes às políticas públicas. Novas instituições surgiram (prestadoras de serviço, organizações de agricultores de várias tendências) onde atores puderam externar suas opiniões favorecendo a criação de diversos espaços de diálogo nos quais os agricultores organizados interferem efetivamente nas políticas públicas, não somente nas decisões quanto à distribuição dos recursos, mas também em mudanças nestas políticas, como ocorreu no caso da ampliação das atividades financiadas pelo PRONAF-A.

A participação dos agricultores, para ser efetiva, deveria se completar pela inserção em duas frentes: a participação institucional e a participação no âmbito técnico, na relação com os técnicos na busca de inovações na agricultura. A segunda está intrinsecamente ligada à primeira, porém não necessariamente uma leva à outra.

Este quadro cria diversas condições e pressões para que os sujeitos atuem no sentido da participação. O primeiro efeito sentido é o reflexo destas pressões e condições nos discursos presentes nos documentos e dos dirigentes das prestadoras de serviço, que pregam uma atuação diferente da realizada na ATER estatal, implicando principalmente na maior abertura à participação. Esta afinação de discurso com as instituições representativas dos agricultores não é simplesmente a incorporação do discurso sobre como se deve dar a atuação que estas atribuem às prestadoras de serviço e, por extensão, aos técnicos. É antes o resultado de uma interação entre as diversas instituições: O LASAT, o INCRA, as próprias prestadoras

de serviço e o movimento sindical. Em função de tudo isso não se pode identificar claramente uma fonte de onde nasce o discurso participativo construído na região: é antes o resultado deste ambiente, tanto em função das pressões externas (normas provenientes de Brasília) e internas (exigências dos agricultores) neste sentido, quanto em função da criação das condições para a manifestação das opiniões de atores que antes não encontravam meio de expressar projetos alternativos, a não ser por meio das ONGs. Agora estes projetos passam a ter possibilidade de financiamento público.

Como dito anteriormente, esta participação em nível institucional não se traduz necessariamente em participação efetiva na relação técnico/agricultor. O discurso dos técnicos em relação ao seu papel mostra uma enorme variedade. A participação geralmente entra nos discursos dos técnicos de maneira superficial, com expressões genéricas do tipo “é preciso ouvir o agricultor” ou se refere mais ao âmbito da participação nas questões de políticas públicas em nível institucional. As respostas dos técnicos, quando questionados sobre questões mais específicas de participação do agricultor nas inovações técnicas, denotam que sequer têm um discurso sobre esta participação.

A indefinição da identidade profissional, a partir de novas competências exigidas, ocorre tanto em função do contexto da região com em função da avaliação, por eles, da obsolescência do perfil profissional adquirido na formação em relação às exigências impostas pelo mercado de trabalho de extensão para a agricultura familiar no país de forma geral e na região Sudeste do Pará especificamente. O dilema também decorre do fato de que a formação (tecnicista) adquirida ainda é pertinente para a atuação no mercado de trabalho ligado aos agricultores denominados “patronais”. Neste mercado as competências especializadas adquiridas na formação “tecnicista” são as requeridas. Esta formação, no entanto, acaba por

interferir na forma de representar a atual condição dos agricultores quando são encarregados de trabalhar com agricultura familiar. As competências requeridas no contexto da agricultura familiar têm, assim, caráter fugaz na representação do técnico. É como se esta condição dos agricultores (familiares) com os quais trabalham fosse apenas uma etapa numa escala e que evoluiriam para agricultores “empreendedores”, e não uma forma de agricultura que difere em essência daquela que julgam ser a etapa avançada de agricultor.

Parece não haver a percepção de que se tratam de tipos de agricultores diferentes, com lógicas diversas, e por isso requerem competências também diferentes. Todavia não é difícil imaginar que tenham esta representação una de agricultura, já que lhes foi ensinado assim, e é assim que é representada na visão institucionalizada na sociedade brasileira de forma geral. Como se vê, não se trata simplesmente de se trocar uma identidade obsoleta por outra, mas escolher entre duas que têm sua pertinência em campos diferentes, sendo que uma delas está ainda em construção. Com a ressalva que no caso da que foi formado ser, obviamente, a que pode exercer de forma mais fácil, já que conhece melhor os parâmetros de reconhecimento social utilizados (sabe quais as competências necessárias para ser um “bom técnico”, para ser contratado por uma grande fazenda de gado, por exemplo). E ainda é óbvio, pelo mesmo fato na sua formação e socialização terem apresentado a ele apenas uma visão de agricultor e agricultura, que represente o agricultor familiar com o viés desta visão. Há uma dificuldade notável de se conciliar a formação tecnicista a uma abordagem mais participativa do ponto de vista técnico.

O outro fator já aludido, e ligado ao dito acima, é o fato de este novo perfil de técnico não estar mais bem definido por estar ainda em construção. É necessário arriscar uma reconversão de identidade profissional, porém esta, além de requerer um grande esforço,

dependeria da avaliação do técnico quanto às condições que tem este mundo, onde este novo perfil profissional funcionaria, de se manter, ou seja, se se manteriam constantes fatores como, por exemplo, os recursos para os salários.

Por conseqüência a prática destes técnicos ainda acaba por se dar de forma bastante parecida com o que se criticava na antiga ATER. Os detalhes técnicos das propostas de financiamento ainda continuam fechados e a carga de trabalho limita o tempo que seria necessário para uma intervenção ainda mais participativa. A forma de escolha de propostas e atividades financiadas também não colabora para que o técnico aja enquanto sujeito (tanto no sentido da participação como não), pois as normas oficiais, ao mesmo tempo em que criam estruturas (metodologias) que obrigam o técnico a buscar a participação do agricultor, diminuindo o tempo de interação entre os dois, burocratizando-a e limitando a ação de ambos enquanto sujeitos (condição necessária para a construção da verdadeira participação), impõe limites como por exemplo a gama de atividades financiáveis que é restrita às definidas pelas entidades financiadoras.

Enfim, existe um contexto diferente do que o que dava suporte à ATER estatal. Há uma variedade de atores e instituições novas, novos espaços de diálogo, prestadoras de serviços com uma configuração interna mais horizontal do que o serviço de ATER estatal. Este quadro ainda apresenta diversos problemas, mas em geral se está buscando mais a participação e o debate aberto. Neste contexto entram em conflito as novas competências exigidas do técnico (novo perfil institucional), a sua formação tecnicista e a visão institucionalizada de agricultura e desenvolvimento. Porém também é o espaço para que os atores buscam representar seu papel sócio-profissional, o que resulta em diferentes representações. Os limites ainda são muitos para a livre expressão destas diferentes

representações na prática, porém, desde que se criem as condições para o aproveitamento e debate desta variedade, está aí um cenário de onde pode surgir uma ATER mais eficiente para a agricultura familiar.

A questão da formação está no cerne do problema da atual ATER. Na maioria dos casos a “extensão” é incluída como uma disciplina no currículo encarregada de fornecer ao aluno as ferramentas necessárias para estender todo o conteúdo acumulado em outras disciplinas ao agricultor. O primeiro problema é que não são consideradas as especificidades dos diferentes segmentos da agricultura, outro é a formação cartesiana que reduz o enfoque da ATER ao produto, quando o novo contexto exige que ela passe primeiro pelo agricultor.

A abordagem sistêmica pode concorrer para que o sistema educacional, em atraso de compasso frente a esta mudança de perfil profissional, possa se adequar às novas necessidades. É claro que isto envolve uma mudança total do paradigma educacional vigente e que, por não ser esta questão o foco deste trabalho, não será aprofundada; isto envolve o problema da distância já muito criticada da educação formal em relação à realidade, distância esta em função daquela ser idealizada como precedente a esta, implícita aí a idéia da necessidade da primeira ser instrumento de transformação da segunda e em última análise traz tacitamente a idéia da superioridade do conhecimento científico legitimado nas escolas em relação àquele produzido do contato prático com a realidade. Pelos motivos já citados, não creio que seja neste trabalho o momento de adentrar na análise das questões específicas dos meios para se buscar o ajustamento de compasso entre o perfil profissional que está em construção e o legitimado na formação. O simples fato de que o primeiro sempre estará em constante construção impõe problemas bastante grandes a uma teorização neste sentido, porém a busca deste equilíbrio só pode trazer benefícios tanto para os profissionais como para

os agricultores e todos os demais envolvidos.

A abordagem sistêmica passou a fazer parte deste contexto por ser empregada na metodologia adotada pelo INCRA regional para elaboração dos PDAs, que delega ao LASAT a capacitação dos técnicos para esta elaboração. Por ser uma abordagem que se construiu a partir da crítica ao modelo cartesiano, na qual os técnicos foram formados, traz uma gama de novas competências e habilidades exigidas; muitas das quais contestam as inculcadas na formação dos técnicos e que necessitam de uma verdadeira ruptura paradigmática²⁷ para serem apreendidas. Durante o meu acompanhamento de um destes cursos de capacitação foi possível notar que os técnicos reagem das mais variadas formas, desde a aceitação apenas superficial desta abordagem até a contestação veemente, passando por, em raros casos, uma inquietação que seria, creio eu, o primeiro passo para a incorporação das competências ligadas a ela.

Esta abordagem pode contribuir muito para uma formação que conceba a relativização de pontos de vista, portanto colaborando para uma abertura maior ao diálogo. É claro que não é fator único para o novo perfil, mas é um fator importante. Assim essa formação não visaria formatar o perfil profissional dos técnicos da ATER; pelo contrário, visaria buscar o alargamento do universo de possibilidade de visão da agricultura e do desenvolvimento. Creio que esta abordagem deva ser complementar à formação tecnicista que em geral estes técnicos têm. Não significa destruir totalmente a abordagem cartesiana em que foram formados, até porque esta tem sua utilidade no trato de problemas que exigem abordagens reducionistas, mas, sobretudo, ampliar o leque de opções que impliquem não só na solução dos problemas, mas também na forma de concebê-los.

²⁷ Tomado paradigma como o conjunto de crenças básicas que orientam o pensar e o agir. Envolve, portanto, não só a absorção de novas metodologias para resolver problemas, mas mesmo um novo modo de conceber estes problemas.

A forma como atualmente têm se dado as tentativas de formação do técnico neste sentido, como os cursos de capacitação do PDA, tem levado grande parte dos técnicos a assumirem uma postura refratária em relação à abordagem sistêmica. O tempo do curso é insuficiente para a apreensão dos preceitos, pois a compreensão desta abordagem envolve uma abertura de visão paradigmática, que por sua vez requer uma relativização da postura anterior, inculcada por intermédio da noção que paira sobre a sociedade de ser a tecnologia a redentora de todas as mazelas, o que é reforçado na formação escolar. Envolve enfim, uma apreensão dos princípios filosóficos da abordagem sistêmica antes de se pensar sua aplicabilidade.

O fazer com que o agricultor compreenda o processo técnico que baseia uma inovação envolve a questão da contextualização da informação para o agricultor. O técnico deve fazer a informação encontrar lugar no universo do agricultor, conectá-la a outras informações que o agricultor já possui, só assim a informação se torna conhecimento, e só como conhecimento permite que o agricultor se conscientize, no sentido que Paulo Freire dá à palavra conscientização, ou seja, permite que o agricultor pense o seu pensar anterior a partir de elementos novos devidamente contextualizados. Isto traz implícito o pressuposto de o técnico conhecer o contexto do agricultor familiar e sua lógica, outro problema da formação atual.

A metodologia de temas geradores de Paulo Freire talvez seja a que melhor responderia a este desafio, pois segundo ela, a apreensão dos conceitos teóricos parte de um problema específico e não o contrário. Os problemas da aplicação prática destas metodologias, como visto no item 2.1 – PROFISSÃO: EXTENSIONISTA?, já foram ressaltadas com propriedade por Schmitz, porém cremos que no aperfeiçoamento e incorporação dos preceitos de Paulo Freire aos currículos está a chave para um perfil

profissional de técnico da ATER mais de acordo com o demandado atualmente. A busca destes aperfeiçoamentos é tema riquíssimo para futuras pesquisas.

10 BIBLIOGRAFIA

ALBALADEJO, Christophe. *Investigación-acción e investigación participativa*. Bahía Blanca - Argentina, 1998. 20 f. Departamento de Geografía y Departamento de Agronomía, Universidad Nacional del Sur.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

AUED, Bernardete Wrublevski. Sobre a extinção das profissões: implicações teóricas. in: AUED, Bernardete Wrublevski. (org.). *Educação para o (des)emprego*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 43-64.

CNDRS. *Perfil do conselho estadual do Pará*. Disponível em: <http://www.cndrs.org.br/conselhos.asp?action=mostra&conteudo_id=241>. Acesso em: 26 jan. 2003.

CONFEA. RESOLUÇÃO Nº 278, DE 27 MAIO 1983. Dispõe sobre o exercício profissional dos Técnicos Industriais e Técnicos Agrícolas de Nível Médio ou de 2º Grau e dá outras providências. *CREA-RJ*. Disponível em <www.crea-rj.org.br/servicos/legislacao/Resolucao/278.htm>. Acesso em 30/01/2002.

CONFEA. Resolução Nº 278, de 27 maio 1983. Dispõe sobre o exercício profissional dos Técnicos Industriais e Técnicos Agrícolas de Nível Médio ou de 2º Grau e dá outras providências. *CREA-RJ*. Disponível em <www.crea-rj.org.br/servicos/legislacao/Resolucao/278.htm>. Acesso em 30/01/2002.

CRIVELLARI, H. Profissão. In: FIDALGO, F.; MACHADO, L. *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: NETE/UFMG, FAT/PLANFOR, 2000. p. 261-262.

DE REYNAL, Vicent; MUCHAGATA, Márcia, TOPALL, Olivier; HÉBETTE, Jean. *Agricultura familiar e desenvolvimento numa frente pioneira amazônica*. Pointe-à-Pitre, Univ. Antilles Guyane: LASAT-CAT e GRET, 1996, 74 p.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

DICIONÁRIO Aurélio eletrônico. V. 1.4. 1994. CD-ROM.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto – Portugal: Porto Editora, 1997.

EXTENSÃO AMAZÔNIA. *Estatuto social*. Marabá, jul. 2002.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. Extensão rural no Brasil: novos tempos. *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 15, nº 4, p. 21, jul./ago. 1984.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HÉBETTE, Jean. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Fase-Vozes-NAEA/UFPA, 1991.

INCRA/FETAGRI/UFPA. Proposta de funcionamento do PDA e da ATER. Marabá, (sd).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Projeto de capacitação continuada para equipes locais de assistência técnica. Marabá: INCRA, 2001.

LEROY, Jean-Pierre. Da fronteira sem lei nem direitos uma democracia em construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HÉBETTE, Jean e NAVEGANTES, Raul. *CAT – ano décimo: etnografia de uma utopia* (orgs.). Belém: Editora da UFPA, 2000.

LOPES, A. de Andrade; GOMES, José Carlos; COSTA, s. V. Leal da. Democracia, evolução e teoria do caos. *Ciência Hoje-Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 186, p. 28-33, set. 2002.

MIRANDA, Pedro Saviniano da Costa. O pensar extensionista: um caso de cegueira induzida. In: *Realidades amazônicas no fim do século XX*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1990.

MUCHAGATA, G. Márcia et al. Em busca de alternativas ao uso predatório dos recursos florestais na floresta amazônica. In: *AGRICULTURA FAMILIAR – PESQUISA, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO*. Belém: UFPA/CAP/NEAF, v. 1, n. 1, p. 21-38, 1996.

PAIVA, Rui Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: uma reformulação. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 5, nº 117 a 161, jun. 1975.

PICARD, Jacky. *Dinâmicas sociais e desenvolvimento local sustentável: o impacto dos movimentos sociais e das intervenções de apoio ao desenvolvimento sobre a reprodução social da agricultura familiar na Amazônia* (DINAMAZ). Belém: NEAF/CAP/UFPA, 2001.

PINHEIRO, Sérgio L. G. O Enfoque Sistêmico na Pesquisa e Extensão Rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento?. In: *ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO*. II, 1995, Londrina. *Anais*. Londrina: SBPS/IAPAR, 1995. p. 28 – 36.

RAMOS, Antônio de Almeida et. al. Comportamento dos técnicos responsáveis pelas Casas da Agricultura do estado de São Paulo, quanto a busca de informação. *Experientia*, v. 17, nº 8, abr. 1974.

MDA. Portaria n.º 080, de 24 de abril de 2002. Estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária. *MDA*. Disponível em <www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/legislacao/port/080.htm>. Acesso em 25 de março de 2003.

SAF/SRA/INCRA. Portaria conjunta n.º 15, de 19 de agosto de 2002. Atribui competência ao CEDRS para indicar profissionais e instituições de assistência técnica habilitados para elaborar projetos técnicos para concessão do Pronaf Grupo A.

SAF/SRA/INCRA. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/legislacao/port/15.htm>. Acesso em: 22 fev. 2003.

SCHMITZ, Heribert. Educação ou aconselhamento: questão-chave da assistência técnica para a agricultura familiar. Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, 6, Porto Alegre, Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU), 2002.

SOARES-PINTO, Rita Mendonça, 2000. *Tendências atuais no campo institucional da ATER: situação na região de Marabá*. Seminário Interestadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultura familiar na região amazônica, Belém, 05 a 08 de dezembro de 2000. p. 2.

_____. Políticas de terceirização da assistência técnica e extensão rural: um novo tipo de relações entre governo e ONG? – o caso da microrregião de Marabá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, 2001, Recife. *Anais...* Recife: IRSA, 2001. CD-Rom.

VEIGA, Iran et al. A participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas agrárias e ambientais na Amazônia oriental nos anos 90. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS, 5, 2002, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: IESA, 2002. CD-Rom.

WAMBERGUE, Emmanuel. O Programa CAT: memórias de um protagonista. In: In: HÉBETTE, Jean e NAVEGANTES, Raul. *CAT – ano décimo: etnografia de uma utopia* (orgs.). Belém: Editora da UFPA, 2000.